

REVISTAS DE PAPEL E O PAPEL DAS REVISTAS

A revista Projeto na década de 1980

Matheus Lima Alcantara

Trabalho de Conclusão de Curso
Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal De Santa Catarina
Centro Tecnológico
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Orientadora
Profª Dra. Karine Daufenbach

Florianópolis, 2023.●

resumo.

Este trabalho investiga a contribuição da revista Projeto na década de 1980, como uma das principais publicações comerciais de Arquitetura e Urbanismo da época no Brasil, em especial, a partir de sua relação com o processo de redemocratização, considerando sua posição como catalisador dos mais diversos debates na década. O recorte temporal inclui a crise política e social oriunda da ditadura civil-militar e a crise conceitual no campo da arquitetura, privilegiando a análise de artigos publicados dentro da revista Projeto, dando destaque às seções de jornalismo, opinião e entidades. O objetivo é articular o debate realizado nestes documentos com os acontecimentos da época e se aproximar de suas reverberações no Brasil, debatendo as pautas levantadas, relacionando-as às questões da “neutralidade”, do lugar que a Projeto ocupou dentro do debate brasileiro e de sua relação com a crítica de arquitetura, da qual foi grande disseminadora.

abstract.

This essay explores the contributions of Projeto magazine in the 1980's, as one of the most prominent commercial architectural publications at that time in Brazil, specially, through its relation with the redemocratization process, considering its position as a catalyst for the most diverse debates in the decade. The temporal scope includes the social and political crisis, stemming from the civil-military dictatorship and the conceptual crisis on the architectural field, focusing on the analysis of the published articles within Projeto magazine, with emphasis on its journalism, opinion, and organizations sections. The goal is to associate the debates presented in these documents with the events of the time and to understand their reverberations in Brazil, discussing the raised issues and linking them to the notions of "neutrality," the role Projeto played in the Brazilian discourse, and its relationship with architectural criticism, which it greatly disseminated.

agradecimentos.

Agradeço à minha mãe, Maria, e a minha família, sem os quais nada disso seria possível.

Aos meus diversos amigos, que me ensinaram que não é absurdo querer algo melhor para si e para os outros.

Aos meus professores e colegas de curso, em especial à Karine, que me acompanhou neste último período e sempre esteve aberta às minhas propostas e questões. Com eles aprendi não só arquitetura, mas o amor aos mais diversos aspectos da vida.

Por fim, aos meus colegas do trabalho, que serviram como minha segunda formação e segunda família, me acolhendo e me ensinando nos últimos dez anos de vivência intensa na UFSC.

sumário.

I. memória afetiva.	7
II. uma publicação de arquitetura brasileira.	9
III. as revistas e o mundo da arquitetura.	11
"Publiquemos uma revista"	11
nós de socialização	12
democracia, uma visitante passageira	13
muita construção, alguma arquitetura, e ironicamente, mais um milagre	17
...amanhã há de ser	18
o jornalista e O Arquiteto	19
o IAB, o SASP e o Jornal O Arquiteto	20
Congressos Brasileiros dos Arquitetos e os COSU	21
década perdida - o pós ditadura	22
IV. a Projeto nos anos 1980.	25
década de ouro - as publicações da década de 1980	25
para todos os lados	30
um pouco de tudo	35
A redemocratização como fio condutor	37

V. no olho do furacão.	39
a Projeto como palco	39
espaço de denúncia	40
o sentimento de esperança	41
as crises nacionais	42
a aproximação da constituinte	43
o debate acadêmico em torno da constituinte	44
Os pormenores da redemocratização	46
O documento do IAB	46
A campanha do IAB pela constituinte	47
seminários e encontros	48
76º COSU	49
limitações dos arquitetos, limitações de todos	52
A intervenção na assembleia	53
A aprovação da constituição	55
As constituintes estaduais e municipais	56
plano diretor e planejamento regional	58
Os desdobramentos da Redemocratização	59
o segundo declínio das publicações	62
VI. “não existe vazio na política”, “nem sabão é neutro” e outras lições surradas.	65
redemocratização como pólvora	65
não existe vazio na política	66
nem sabão é neutro	66
o que faz a crítica	67
Referências.	69

Espacios, por lo tanto, más de reconstrucción histórica que de placer, se ordenan con la mansa inevitabilidad de la que carecieron por completo cuando su presente era presente

Beatriz Sarlo•

I. memória afetiva.

Faz parte da formação do estudante de arquitetura contemporâneo se confrontar com alguma frequência com o universo das revistas impressas de arquitetura. Uma memória compartilhada entre professores, essas publicações aparecem como partes indelévels da formação profissional do arquiteto brasileiro, não só na academia mas fora dela, no campo profissional.

Ícones de um passado aparentemente superado, é difícil explicar o que aconteceu com as revistas de arquitetura ou o porquê de um estudante qualquer do século XXI não ter vivenciado o mundo das revistas e as publicações de arquitetura da mesma forma que seus mestres.

Algumas dicas podem ser encontradas ao tentar se caracterizar essa “época de ouro” — a década de 1980 — das revistas de arquitetura no Brasil; outras, surgem logo em seguida ao se contrapor o contexto contemporâneo a esse momento histórico.

O caminho para a aproximação deste tema vem de um processo longo de incubação de algumas curiosidades da minha trajetória acadêmica. Havia um interesse profundo nas revistas e livros de arquitetura, no material impresso, tanto que durante a graduação me aproximei cada vez mais de temas do design gráfico, letras e jornalismo.

Além disso, a questão da escrita e da teoria dentro da formação da arquitetura é sempre polêmica. A crítica e história da arquitetura e da cidade acabavam frequentemente secundarizadas em uma formação ampla e generalista, e o contexto contemporâneo de profusão de imagens e internet diminuía ainda mais o contato com a área. Então, esse processo se inicia como uma investigação no campo da crítica de arquitetura. O objetivo inicial era exercitar a crítica e a escrita, a partir da consciência de que é também parte do trabalho do arquiteto, escrever — e desenhar, fotografar, analisar, criticar e publicar — sobre arquitetura.

O ímpeto de *produzir* um material impresso, se misturava, frequentemente, com a necessidade de discussão sobre essa parte da profissão. Assim, aos poucos, a pesquisa foi se focando mais e mais na análise de uma dessas publicações, a que mais representasse o lugar que esses materiais ganharam ao longo do tempo no campo profissional do arquiteto no Brasil.

Ironicamente — ou melhor, pedagogicamente — esta pesquisa acaba falando muito mais sobre o que *cerca* a arquitetura. Fala sobre os diversos personagens — sejam eles

arquitetos, urbanistas, historiadores, jornalistas, políticos — que participaram de um momento tão interessante e complexo da história do Brasil e sobre uma publicação, que era produzida não só por arquitetos e jornalistas que trabalhavam na edição do material, mas dos diversos leitores e autores, que juntos, ajudaram a construir nossas cidades.

II. *uma publicação de arquitetura brasileira.*

Em primeiro lugar, este trabalho fala sobre revistas de arquitetura. A relevância dessas publicações é inegável para a nossa profissão. Talvez na atualidade essa importância já se encontre um pouco esquecida pelo contexto do excesso de informação e facilidade de acesso, mas ainda assim, o acúmulo dessas publicações é formador no que tange ao debate de arquitetura no mundo.

Apesar da sensação inicial de estar fazendo um meta estudo — falando de algo que fala de algo — a verdade é que falar de revistas de arquitetura em si, é falar de arquitetura. Não porque uma parte da história da arquitetura e do urbanismo esteja documentada nas páginas amareladas desses periódicos datados. Nem porque elas serviam de espaço para a publicação do trabalho que se fazia à sua época. O ponto chave é a *consequência* da sua existência. O que extrapolava a diagramação em grid e se tornava nova — ou velha — arquitetura. O que deixava de ser palavra, imagem e desenho e se tornava casa, igreja e cidade.

Em segundo lugar, este trabalho fala sobre o Brasil. Meu país, seu país, nosso Brasil. Falar do Brasil como objeto de estudo é por si só entender um país cheio de lutas, de disputas, de contradições, mas também de alegrias e festas. E qual momento mais representativo da nossa história recente do Brasil-democracia, do Brasil-nação, do que a Redemocratização? Simbolizando não só o fim oficial da Ditadura, mas também um novo começo. Uma nova oportunidade. Um novo futuro. Futuro esse que se discutia dentro dessas revistas.

Para as revistas de arquitetura, este momento histórico significava a possibilidade de superação de uma crise dupla: política e conceitual. O regime ditatorial era responsável por abafar o debate, não só de arquitetura, mas de todas as áreas do conhecimento, desmontando as publicações existentes e criando um período onde pouco se sabia do que acontecia dentro do país, e disseminar correntes progressistas do pensamento era passível de perseguição. O fim do regime ditatorial resulta nessa lacuna no debate e uma demanda pelo seu preenchimento.

A inauguração de Brasília em 1960 alimenta, por sua vez, uma outra crise, conceitual. Após duas décadas, a imagem disseminada internacionalmente da arquitetura brasileira, ainda é a dos prédios brancos de Niemeyer. Incentivado pela crise política e o

suposto milagre econômico, a verdadeira discussão conceitual de Brasília, e sua superação a partir das diversas novas correntes teóricas de dentro e fora do país, só vai acontecer com atraso de décadas. Resumidamente, com o início da década de 1980 — e o fim da ditadura civil-militar — o campo da arquitetura no Brasil não conhecia o que se produziu nas últimas duas décadas e não possuía espaços para sua discussão.

Esse período para a Revista Projeto — a década de ouro em meio à uma “década perdida” — é um momento onde a publicação amplia gradativamente seu espaço dentro do campo do debate da arquitetura e urbanismo e, portanto, consolida seu lugar como representante do debate e da crítica de arquitetura no Brasil e na América Latina.

Por último —mas não menos importante — este trabalho fala da Revista Projeto, uma das revistas mais relevantes da história das publicações de arquitetura no Brasil, provavelmente a representante com a maior distribuição, penetração e alcance dentro da profissão e, portanto, um dos meios de debate e formação profissional com a maior participação nesse processo de transformação em um contexto complexo, no qual ela mesma floresceu.

Esta pesquisa é, enfim, uma forma de analisar a contribuição da Revista Projeto na discussão da Redemocratização na década de 1980, considerando sua posição privilegiada como canal de disseminação e debate, e sua relação e articulação com o campo ampliado da Arquitetura e Urbanismo.

III. as revistas e o mundo da arquitetura.

"Publiquemos una revista"

Centenares de veces esta frase fue pronunciada por un intelectual latinoamericano ante otros intelectuales.^{1 p. 9}

A bagagem das publicações de arquitetura não é assunto exclusivo do contexto brasileiro. Essas revistas foram presentes em todo o século XX como local de debate, muitas vezes aliado às vanguardas, servindo de ferramentas. São documentos intimamente ligados a seu tempo, não se direcionando ao passado, mas sim ao debate público e ao tempo presente. São, portanto, uma forma de fazer política cultural^{2 p.9}.

Em comparação com outras áreas do conhecimento, o periodismo de arquitetura no Brasil apresenta uma densidade notável, evidenciando-se a amplitude dos temas debatidos, as correntes e os formatos, incluindo desde o “jornalismo de serviço até densas e impenetráveis monografias”^{3 p. 120}. Ao mesmo tempo, na mesma comparação com outras áreas do conhecimento, fica evidente também a dificuldade de se encontrar parâmetros qualitativos para avaliação da qualidade dessas produções.^{4 p. 121}

Alguns critérios gerais facilitam a separação desse grande volume, em especial a origem das publicações (academia, entidades, editoras), o público a que se dirige (profissionais, acadêmicos, estudantes e/ou leigos) e o local onde se publica (revistas específicas, anais de eventos, seções dentro de outras publicações ou, a partir da década de 1990, páginas eletrônicas)^{5 p. 123}.

Considerando essas variações, se configuram três grandes grupos, como identificados por Trevor Boddy^{6 p. 9}: o primeiro, ligado ao ativismo, que vai ter expoentes no jornalismo (como Jane Jacobs), um segundo mais ligado à uma idéia de “crítico moralista” (mais presente nas publicações especializadas, das revistas e jornais, como seria o caso de Peter Davey na AR) e o terceiro, ligado à academia, identificado pelo autor como teoria de

¹ SARLO, Beatriz. *Intelectuales y revistas: razones de una práctica*. América: Cahiers du CRICCAL, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 9, 1992. PERSEE Program. <http://dx.doi.org/10.3406/ameri.1992.1047>. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1992_num_9_1_1047. Acesso em: 20 jul. 2021.

² *Ibidem*, p. 9

³ SEGAWA, Hugo; CREMA, Adriana; GAVA, Maristela. *Revistas de arquitetura, urbanismo, paisagismo e design: a divergência de perspectivas*. **Ciência da Informação**, [S.L.], v. 32, n. 3, p. 120, dez. 2003. IBICT. <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-19652003000300014>.

⁴ *ibidem*, p. 121.

⁵ *ibidem*, p. 123.

⁶ BODDY, Trevor. *The Conundrums of Architectural Criticism*. *Journal Of Architectural Education*, Vancouver, v. 62, n. 3, p. 9, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.1531-314X.2008.00254.x>. Acesso em: 10 abr. 2021.

arquitetura, com suas limitações específicas, e muitas vezes desobrigada do diálogo com o tempo imediato. Não por acaso, Beatriz Sarlo⁷ identifica a realidade oposta na prática das publicações das revistas por intelectuais na América Latina: seu tempo é o presente, e querem ser ouvidas na contemporaneidade. Enquanto o objetivo do livro e da academia é vencer o teste do tempo.

“de algún modo nada es más viejo que una revista vieja”^{8 p.9}

nós de socialização

Outro aspecto importante das revistas é seu lugar como nó de socialização, como local de diálogo entre as diversas partes que habitavam o meio arquitetônico no Brasil e no mundo. Em especial a partir da década de 1960 com o debate moderno no Brasil, pode ser visto o aparecimento de diversos materiais que moldaram a discussão arquitetônica na época^{9 p. 78}; são alguns dos exemplos disso as revistas Módulo (ligada à figura de Oscar Niemeyer), Habitat (fundada por Lina e Pietro Bo Bardi e editada no período 1950-1953¹⁰), AD - Arquitetura e Decoração, Pilotis e Acrópole (revista comercial, editada de 1938 a 1971)¹¹. A partir da quebra com o debate de arquitetura no Brasil alimentado pela ditadura civil-militar de 1964-1985, diversas dessas publicações desaparecem ou entram em hiato. A Projeto só seria fundada em um segundo momento, no final da década de 1970, em um novo contexto político e cultural. O mesmo ocorreria com a AU - Arquitetura e Urbanismo, fundada em 1985^{12 p.16}.

⁷ SARLO, Beatriz. **Intelectuales y revistas: razones de una práctica**. América: Cahiers du CRICCAL, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 9-16, 1992. PERSEE Program. <http://dx.doi.org/10.3406/ameri.1992.1047>. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1992_num_9_1_1047. Acesso em: 20 jul. 2021.

⁸ Ibidem, p. 9.

⁹ DEDECCA, Paula Gorenstein. **Sociabilidade, Crítica e Posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate moderno em São Paulo (1945-1965)**, p. 78, 2012. 403 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Usp, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

¹⁰ MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO (org.). **Exposição - Lina Bo Bardi: Habitat**. 2019. (de 5/4/2019 a 28/7/2019). Disponível em: <https://masp.org.br/exposicoes/lina-bo-bardi-habitat>. Acesso em: 30 jun. 2023.

¹¹ FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO (Brasil). Universidade de São Paulo. **Revista Acrópole: acervo online**. Acervo online. 2014. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br>. Acesso em: 5 maio 2023.

¹² BRAGAIA, Flavio Antônio D'Ugo. **Arquitetura Brasileira da Redemocratização ao Plano Real: revisão crítica do discurso a partir de projetos e artigos publicados nas revistas projeto e arquitetura e urbanismo entre 1985 e 1990**, p. 16, 2019. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019, p16

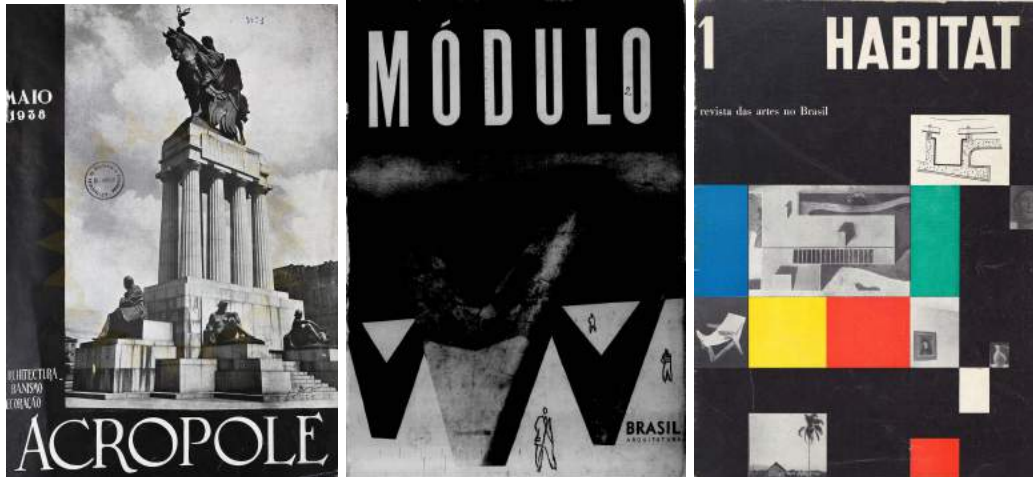


Figura 1 a 3 - Capas das edições inaugurais das revistas Acrópole¹³, Módulo¹⁴ e Habitat¹⁵.

Estas e outras publicações apresentavam as mais diversas condições de produção e distribuição. A maioria com caráter local, sem grande disseminação para além dos estados e cidades de origem. Os corpos editoriais eram enxutos, intermitentes, majoritariamente voluntários e limitados à localidade ¹⁶ p. 78-86. Uma boa parte do material consistia do reaproveitamento e editoração de outros materiais, como entrevistas, traduções, transcrições de pronunciamentos e excertos de textos maiores. Toda essa instabilidade seria, infelizmente, agravada a partir de 1964, quando o contexto político da Ditadura civil-militar diminuiria drasticamente o número dessas revistas ^{17, 18} p. 199-204.

democracia, uma visitante passageira

O golpe militar de 1964 se daria após um contexto longo de disputas políticas, crises econômicas, permeado por um sentimento de esperança em um país que pouco havia sofrido da destruição física, política e econômica da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) ¹⁹ p.181.

¹³ FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO (Brasil). Universidade de São Paulo. **Revista Acrópole**: acervo online. Acervo online. 2014. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br>. Acesso em: 5 maio 2023.

¹⁴ **MÓDULO**. Rio de Janeiro: Módulo, v. 1, 1955. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=006173&pagfis=3>. Acesso em: 20 jun. 2023.

¹⁵ INSTITUTO BARDI - CASA DE VIDRO (São Paulo). **Série Revista**: habitat nº 1. São Paulo, 8 out. 2020. Capa da primeira edição.. Facebook: Instituto Bardi/ Casa de Vidro. Disponível em: <https://www.facebook.com/institutobardi/photos/a.362953370576694/1420162068189147/?type=3>. Acesso em: 30 jun. 2023.

¹⁶ DEDECCA, Paula Gorenstein. **Sociabilidade, Crítica e Posição**: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate moderno em São Paulo (1945-1965), p. 78-86, 2012. 403 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Usp, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

¹⁷ BASTOS, Maria Alice Junqueira. Pós-Brasília: Rumos da arquitetura brasileira: discurso: prática e pensamento. São Paulo: Perspectiva, 2003. 277 p. (Estudos).

¹⁸ BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil: arquitetura após 1950**. São Paulo: Perspectiva, p. 199-204, 2010. 429 p.

¹⁹ SKIDMORE, Thomas E.. **Uma história do Brasil**. Rio de Janeiro, Rj: Paz e Terra, p 181, 1998. 356 p. Tradução: Raul Fiker.

Não seria a primeira vez que nosso país entraria em um contexto ditatorial, visto que Getúlio Vargas já havia tomado o poder mais de uma vez²⁰ após sua derrota nas eleições de 1930 para Júlio Prestes, e uma segunda em 1937.

Após a eleição democrática de Gaspar Dutra (outro militar, ex-ministro da Guerra de Vargas) em 1945, e a seguinte restituição do Congresso, se daria origem a uma nova constituição em 1946 que colocaria na presidência mais uma vez em 1950, Getúlio Vargas, agora democraticamente. Isso se dava em um contexto de tensionamentos entre os EUA e URSS e conseqüentemente a perseguição política de comunistas no Brasil, que alimentaria o crescimento do PTB²¹. Ao mesmo tempo, o cenário brasileiro já se desenhava para as próximas décadas: a expansão urbana se agrava com a expansão das favelas, a ampliação da população urbana e uma explosão no crescimento populacional, aumentando a demanda por serviços básicos de educação e saúde. A desigualdade social era regra em um Brasil heterogêneo, e não à toa o governo Vargas de 1951 é marcado pela estratégia populista, sendo conhecido por seus apoiadores como “pai dos pobres”. Simultaneamente, põe em prática o plano de estatização do petróleo, mais uma das causas que alimentaria o desgaste político que levariam ao seu suicídio em 1954.

O cenário político-social que segue a morte de Getúlio é então marcado pela crescente polarização do cenário político brasileiro: de uma lado as pautas populistas e progressistas, de ampliação dos direitos dos trabalhadores, a idéia de Estado de Bem-estar Social (com suas origens na Era Vargas), a luta pela propriedade rural e direitos dos trabalhadores urbanos e rurais; do outro, o conservadorismo, a abertura do país ao mercado internacional, intimamente ligado à ideologia norte-americana de perseguição ao comunismo, corrupção e populismo (termos frequentemente utilizados intercambiavelmente). Paradoxalmente, ambos lados dessa equação se apoiaram na perspectiva de nacionalismo, de identidade e desenvolvimento nacional, o que significava que pautas como a estatização das diversas empresas tivesse recepções mistas dos dois lados do front.

Importante salientar que, até 1964, o único representante eleito à presidência da ala conservadora, seria Jânio Quadros, que não completaria sete meses no poder, e durante o

²⁰ Getúlio Vargas (1882-1954), militar, político e advogado brasileiro perde as eleições de 1930 para Júlio Prestes, e toma o poder na chamada revolução de 1930. O período seguinte, conhecido atualmente como Era Vargas se estenderia até 1945, incluindo a aprovação da constituição de 1934 (que substitui a de 1891), e a subsequente Constituição de 1937, que institui o Estado Novo, centralizando poderes na figura de Vargas, ao fechar, por exemplo, o Congresso Nacional e extinguir os partidos políticos. Esse período ditatorial se estende até 1945 quando, através de diversos desgastes relacionados à relação do Brasil com a 2ª Guerra Mundial e com a própria natureza autoritária do regime, Vargas renuncia sob a iminência de deposição por mais um golpe militar. (SKIDMORE, 1998)

²¹ Partido Trabalhista Brasileiro, fundado por Getúlio Vargas.

próprio processo eleitoral se descolaria da UDN²² reforçando sua independência. Gaspar Dutra tinha sido Ministro de Getúlio, e depois do próprio Vargas, Juscelino Kubitschek manteria a política populista, estatizante e nacionalista em todo seu governo. João Goulart (vice de JK e posteriormente eleito²³ presidente com a renúncia de Jânio Quadros) também havia do governo de Getúlio e era publicamente combatido pelos militares.

Para além da polarização, este período é marcado pelas constantes crises econômicas, a relação tensionada entre o sistema econômico brasileiro e o capital estrangeiro. Com o aumento da inflação, praticamente todos os presidentes desde Getúlio em 1953 foram obrigados a aplicar planos de estabilização econômica, aumentando a crise nos setores populares (com a redução de salários e crescente aumento da desigualdade social). Simultaneamente é um período importante na construção da imagem do povo brasileiro para o exterior e da disseminação do ideário nacionalista desenvolvimentista. O famigerado plano de Juscelino dos “cinquenta anos em cinco” significa não só o aumento extraordinário da indústria brasileira²⁴ p. 201-208 (que na década de 1950 ainda era baseada primariamente na exportação de café) mas também da estabilização (conceitual) da cidade moderna como modelo paradigmático, a ser consolidado com a construção de Brasília²⁵ p. 107-109.

E é assim, após este longo processo que ocorre o estopim da ditadura civil-militar no Brasil, através do golpe iniciado em 31 de março de 1964 com a tomada de diversos prédios públicos por militares²⁶, até a sua concretização burocrática, no Ato Institucional Nº1²⁷, em 9 de abril de 1964. Seria o primeiro dos diversos Atos Institucionais, (publicados entre 1964 e 1969) que indicariam a instalação do regime autoritário que perdurou no Brasil oficialmente até 1985, com a eleição de Tancredo Neves, de forma indireta.

²² União Democrática Nacional - partido político fundado em 1945, conservador e veementemente oposto a Getúlio Vargas.

²³ Na eleição de 1960 foi permitida a separação do voto para presidente e vice-presidente, permitindo que João Goulart, de chapa diferente de Jânio Quadros, fosse nomeado vice, e posteriormente presidente. (SKIDMORE, 1998, p. 210)

²⁴ SKIDMORE, Thomas E.. **Uma história do Brasil**. Rio de Janeiro, Rj: Paz e Terra, p. 201-208, 1998. 356 p. Tradução: Raul Fiker.

²⁵ BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil: arquitetura após 1950**. São Paulo: Perspectiva, p. 107-109, 2010. 429 p.

²⁶ Além da tomada dos prédios públicos, atos contra diversas forças de oposição também ocorreram, como o incêndio na sede da União Nacional dos Estudantes no Rio de Janeiro, no primeiro dia do regime militar, 1º de abril de 1964. Além disso, estima-se que aproximadamente 1400 servidores foram afastados da burocracia civil e outros 1200 das forças armadas. Apesar da promessa de resistência armada a um possível golpe militar, o estabelecimento do regime sofreu com pouca resistência, para surpresa de ambos os lados (FAUSTO, 2012, p. 259).

²⁷ O AI 1 apesar de se apresentar com data de validade, já atribuía diversos poderes aos militares, como a retirada da imunidade parlamentar, a base para instalação dos inquéritos militares, perseguindo, prendendo e exilando os inimigos do regime, estabelecendo a eleição indireta no Congresso (agora já livre de oposição), e a aprovação por decurso (quando o prazo de 30 dias findava, ocorria a aprovação imediata dos decretos presidenciais).

Inicialmente como governo transitório (o AI1 tinha data de validade), e aos poucos se revelando como um projeto de concentração total do poder na cúpula militar ²⁸, explicitado na Constituição de 1967 e no AI 5 de 1968, que fecha o congresso nacional e instala o período mais repressivo do regime. Os partidos políticos já haviam sido extintos através do AI2, de 1965 ²⁹ p. 262.

Nos anos que se seguem até o AI 5, ocorre o aumento da oposição popular ao regime, aliado à crise econômica ³⁰, a repressão aumenta progressivamente e junto com ela as diversas guerrilhas armadas ³¹, com o objetivo de combate à ditadura. Ao mesmo tempo, a repressão tem consequências culturais, como a censura que se estabelece, cerceando a publicação de materiais impressos e impedindo o lançamento de canções, filmes, e outras produções artísticas. Diversos personagens relevantes da produção cultural nacional se vêem vítima do regime: professores, artistas e intelectuais.



²⁸ Curiosamente, os militares no Brasil pareciam ter uma preocupação constante com a suposta “legitimidade” do regime militar. Visto que o impeachment legal de João Goulart não havia se consolidado por vias democráticas, a UDN se tornara o lastro político no qual os militares basearam a tomada do poder.

²⁹ FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo, Sp: Editora da Universidade de São Paulo, p.262, 2012. 324 p.

³⁰ Juscelino Kubitschek não havia sido capaz de conter a inflação, apesar da recusa do plano do FMI e deixara as reservas nacionais praticamente vazias. A crise internacional castigava uma economia ainda fortemente baseada na exportação de bens primários. (SKIDMORE, 1998, p. 201-217)

³¹ São exemplos a Ação Libertadora Nacional - ALN (fundada por Carlos Marighella), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), e o Comando de Libertação Nacional (COLINA).

Figuras 4 e 5 - A censura nos jornais se apresentava como vazios não publicados ou eram preenchidos por trechos de “Os Lusíadas de Camões” como forma de protesto silencioso ³².

Curiosamente, diversas figuras políticas ainda em construção e que posteriormente desempenhariam papéis importantes são perseguidas durante o regime. Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil de 1995 a 2002 havia sido aposentado compulsoriamente. Dilma Rousseff, presidenta do Brasil de 2011 a 2016 participou da oposição, dentro do COLINA e posteriormente da VAR-Palmares, sendo perseguida, presa em 1970, torturada e com os direitos políticos cassados. Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil de 2003 a 2011 e atualmente presidente em exercício, foi líder das históricas greves dos metalúrgicos no ABC Paulista na década de 1970.



Figura 6 - Dilma Rousseff com 22 anos, em interrogatório militar, em novembro de 1970, enquanto seus interrogadores escondem os rostos ao fundo. ³³

muita construção, alguma arquitetura, e ironicamente, mais um milagre

Enquanto isso, no campo da arquitetura, o regime ditatorial imposto silenciava o debate no Brasil, fechando revistas, sindicatos e entidades, exilando diversos arquitetos relevantes da produção arquitetônica da época, em suma, impedindo o avanço da discussão

³² DÄHNE, Carolina. **Censura durante a Ditadura Militar**. 2020. Disponível em: <https://nastramasdeclio.com.br/historia/censura-durante-a-ditadura-militar-atividades/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

³³ “1 Auditoria do Exército (Julgamento dos terroristas Celso Lungaretti, Carlos Franklin Paixão de Araújo e Dilma Rousseff Linhares)” publicada em 11 de novembro de 1970 no Jornal Última Hora. Na época desta foto Dilma já passara quase um ano presa, e havia sido torturada por 22 dias após a sua captura, em janeiro. (LIMA, 2023)

e gerando um vácuo no meio arquitetônico, uma situação de desconhecimento quanto ao que se produzia. A década de 1970 demonstra então o paradoxo da arquitetura brasileira: o “milagre econômico” instituído pelo governo militar incentiva a produção nacional de arquitetura, e o arquiteto se vê em um país em expansão urbana crescente — os profundos investimentos em infraestruturas de grande porte são campo de atuação inédito para o profissional brasileiro; simultaneamente, a repressão e o controle midiático sufoca o debate e a crítica de arquitetura, impedindo a disseminação da produção à sua contemporaneidade.

“Nas publicações especializadas não tinha censura direta. A Polícia Federal ligava informando apenas o que não podia ser divulgado. Foi o que ocorreu, por exemplo, na área da arquitetura, com o julgamento do recurso do Oscar Niemeyer no caso do aeroporto de Brasília. A nossa matéria a respeito foi proibida”³⁴

Na época, a narrativa oficial levada ao exterior sobre a arquitetura brasileira continua sendo a da arquitetura moderna de Brasília, do concreto armado, dos prédios alvos e do Brasil urbanizado. A blindagem cultural promovida pela ditadura dificultava a inserção de novas correntes externas de debate no paradigma brasileiro, afastando-o também do debate internacional. As diversas correntes e práticas arquitetônicas que surgiam em um país em expansão, os diálogos que se criavam em um Brasil heterogêneo e complexo foram pouco documentados, e o conhecimento da evolução da produção nacional da arquitetura de vanguarda foi praticamente ignorado na época ^{35 p. 199-204}.

...amanhã há de ser

Com o desgaste político da ditadura militar alimentado a expansão da oposição e lutas contra o regime, a má reputação do governo brasileiro frente à política internacional e os próprios conflitos internos dentro das forças armadas, marcadas pela disputa entre a frente “moderada” e “linha-dura”, começa um afrouxamento do regime, ao mesmo tempo que se constrói a transição controlada de volta à um regime democrático.

Nesse período a atividade sindical retorna aos poucos, culminando em greves históricas, como por exemplo as do ABC Paulista, e a consolidação da CUT - Central Única dos Trabalhadores. As entidades de representação profissional se fortaleciam na luta pela democracia, como seriam os casos do Instituto dos Arquitetos do Brasil, fundado em

³⁴ Relato de Vicente Wissenbach em **Projeto, uma debutante com muita história para contar** (MORENO, 1987). O recurso em questão se trata do veto aplicado por Médici durante sua presidência ao projeto de Niemeyer para o novo aeroporto de Brasília.

³⁵ BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Pós-Brasília: Rumos da arquitetura brasileira**: discurso: prática e pensamento. São Paulo: Perspectiva, p. 199-204, 2003. 277 p. (Estudos).

1921 ³⁶, o Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo – SASP ³⁷, fundado em 1971 que daria origem em 1979 à Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas - FNA ³⁸.

o jornalista e O Arquiteto

Nesse ímpeto pela luta profissional, surge enfim o jornal “O Arquiteto”, idealizado por Vicente Wissenbach, jornalista formado na USP, junto com seu cunhado, Alfredo Paesani, arquiteto e fundador do SASP. O jornal seria o canal de comunicação do sindicato com o profissional, e pelas dificuldades da publicação independente, se articulou o contato com o IAB-SP, que na figura do presidente da época, Paulo Mendes da Rocha, encontrou apoio e concretizou a publicação sob a tutela de ambas as entidades.

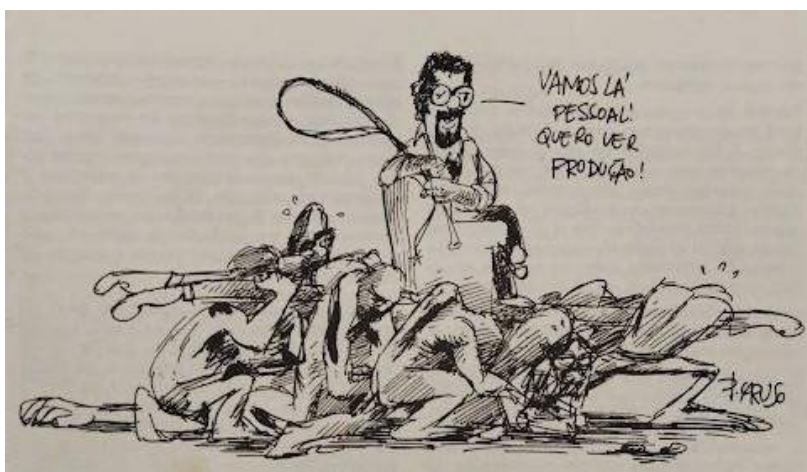


Figura 7 - Caricatura de Vicente Wissenbach por Paulo Caruso - Projeto Nº 102 ³⁹

O jornal era um canal de comunicação focado na publicação dos documentos da entidade e de criação de diálogo com os profissionais da arquitetura. A questão da crítica de arquitetura, análise de projetos e reportagens só viria mais tarde, com o crescimento do jornal e enfim sua consolidação como Revista Projeto, a partir de 1977.

³⁶ INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (Brasil). **Quem somos**. 2023. Disponível em: <https://iab.org.br/iab/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

³⁷ “O Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo – SASP foi fundado em 1971, tendo sido o primeiro sindicato da categoria no país e um importante impulsionador da criação de outros sindicatos estaduais além da fundação da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas – FNA, em março de 1979. (SASP, 2023)

³⁸ FEDERAÇÃO NACIONAL DE ARQUITETOS E URBANISTAS (Brasil). **Sobre a FNA**. Disponível em: <https://www.fna.org.br/sobre-a-fna/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

³⁹ MORENO, Júlio. Projeto, uma debutante com muita história para contar. **Projeto**, São Paulo, v. 102, p. 62-75, ago. 1987.

o IAB, o SASP e o Jornal O Arquiteto

O IAB-SP já havia tido experiência com a publicação de um jornal, de forma mais experimental, sob a coordenação do arquiteto Sigbert Zanettini usando, inclusive, o mesmo nome, em 1966. Esta experiência só duraria oito edições, e seria retomada mais tarde, com a publicação do segundo número 1, em 31 de julho de 1972, dando origem ao jornal editado por Vicente Wissenbach, somando 74 números até seu fim, em 1980.⁴⁰ Na edição Nº 2 da nova versão do jornal, já em conjunto com o SASP, o editorial registra a relação:

*“O Arquiteto é uma vitória de todos os arquitetos brasileiros e, em grande parte, resultado de uma experiência que o arquiteto Siegbert Zanettini fez alguns anos atrás. Foi ele quem lançou pela primeira vez o Jornal Arquiteto e acreditando na nova experiência cedeu o nome de seu antigo jornal ao Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo e ao IAB/SP”.*⁴¹



Figuras 8 e 9 - Capas das edições inaugurais das duas versões do jornal O Arquiteto, de 1966 e 1972.⁴²

Dentre as experiências do Jornal “O Arquiteto”, são notáveis a presença dos boletins das entidades, as análises de conjuntura, os documentos políticos de crítica e debate, bem como jornalismo de vários tipos, informes de concursos e anúncios de eventos. O conteúdo do jornal é demarcado pela influência direta das entidades na seleção do conteúdo do jornal, através da comissão de redação que “por norma do grupo, era contra tudo e contra

⁴⁰ IAB-SP. Instituto de Arquitetos do Brasil. **Acervo: jornal arquiteto**. Jornal Arquiteto. Acervo digital do jornal O Arquiteto. Disponível em: <https://www.iabsp.org.br/jornal-arquiteto/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Ibidem.

todos, exigia uma revisão obrigatória para que o material saísse numa linha progressista”⁴³. Isso acaba sendo uma das motivações para a posterior saída da Projeto de dentro da publicação.

O material de arquitetura propriamente dita já fazia parte do jornal, em pequenas proporções. Ocasionalmente se publicavam projetos, com desenhos e fotos, mas normalmente os documentos de discussão tinham caráter mais jornalístico, com tom de reportagem, registrando ocorrências e discutindo politicamente seus desdobramentos. Da mesma forma estavam presentes seções de arte, divulgando exposições e acervos de museus, os perfis, discutindo figuras importantes do momento político, e só mais tarde, no número 19, de 1973, a seção Prancheta, que daria lugar maior aos projetos, agora sim com desenhos técnicos, memoriais, e — ao menos um pouco — de crítica de arquitetura.

“A ideia básica é noticiar o que os profissionais estão fazendo, em notas curtas, mostrando o partido adotado e quando possível, uma foto ou desenho do projeto. Pretendemos também valorizar o trabalho dos arquitetos que estão em empresas ou trabalhando em equipes, falando de quem coordenou e quem participou de projeto”⁴⁴

Congressos Brasileiros dos Arquitetos e os COSU

Apesar das limitações, o material que se publicava fazia parte do debate do arquiteto, sendo mais uma das diversas frentes de enfrentamento à ditadura⁴⁵ (ainda que por vezes limitada à sua localidade) e dos debates das questões da profissão. Sua relação pode ser reforçada pelo seu papel de articulação e disseminação dos Congressos Brasileiro dos Arquitetos, que em 1976, pela ocasião do IX Congresso, contou com edições diárias do jornal, distribuídas diretamente aos participantes⁴⁶. Da mesma forma, outro espaço que é sempre parte da organização do IAB e que se mantém documentado inclusive na Revista Projeto até a década de 1980⁴⁷ são os COSU, as reuniões do Conselho Superior do IAB. Esses eventos também constituiriam a ampla trama de relações que Wissenbach se apoiaria para construir ao longo dos anos a Revista Projeto e as diversas iniciativas que se derivam dela.⁴⁸

⁴³ MORENO, Júlio. Projeto, uma debutante com muita história para contar. **Projeto**, São Paulo, v. 102, p. 62-75, ago. 1987.

⁴⁴ Instituto de Arquitetos do Brasil. Acervo: jornal arquiteto. **Jornal Arquiteto Nº 19**. Acervo digital do jornal O Arquiteto. Disponível em: <https://www.iabsp.org.br/jornal-arquiteto/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

⁴⁵ MORENO, Júlio. Projeto, uma debutante com muita história para contar. **Projeto**, São Paulo, v. 102, p. 62-75, ago. 1987.

⁴⁶ Ibidem

⁴⁷ Até o fim da década de 1980 eram frequentes o aparecimento dos boletins das entidades profissionais, incluindo por vezes, reportagens sobre os temas debatidos e detalhes dos materiais produzidos.

⁴⁸ Ibidem

Em 1979, sete anos após a primeira edição do jornal, é aprovada a Lei da Anistia⁴⁹, ainda em um contexto de regime militar, que devolvia os direitos políticos e perdoava os “crimes políticos” aos diversos brasileiros vítimas da ditadura: os exilados começavam a voltar para o país e aos poucos o espaço cultural se reacende com a promessa democrática.

década perdida - o pós ditadura

A década de 1980 chega delineada pelas diversas mudanças políticas e culturais no Brasil. Registra o enfraquecimento da ditadura, a morte lenta e agonizante do regime militar, o primeiro governo democrático eleito de forma indireta após o movimento “Diretas Já”, a morte de Tancredo Neves dias antes de sua posse e o processo de redemocratização logo em seguida, culminando na Constituição Federal de 1988.

Caracteriza uma década extremamente marcada pela dificuldade de recuperação do país após um período tão traumático, aliado à compreensão das consequências do paradoxal “milagre econômico”, preso na dívida externa, lidando com a inversão populacional nos espaços urbano e rural⁵⁰, com a instabilidade econômica, e com um sistema político incapaz de responder às demandas de uma população ampla e heterogênea.

Essa desigualdade social, característica desde o Estado Novo, daria origem à histórica luta por direitos, no campo e na cidade, como o salário mínimo, saúde e educação pública, direito à terra e à moradia, férias, aposentadoria e sindicalização, reforçando-se no processo de ampliação da cidadania da década de 1980⁵¹. Esse fenômeno da desigualdade e luta por direitos seria amplificado com a experiência da ditadura, que apresentava efeitos economicamente modernizantes (ainda que politicamente antipopulares). A Modernização Conservadora⁵² teria seu fim “lento, seguro e gradual”^{53 p. 24} mas deixaria marcas profundas na constituição da nação brasileira.

Dentre as diversas disputas travadas sob o contexto de crescimento populacional, a questão da terra no espaço rural e da moradia no espaço urbano estão intimamente ligadas

⁴⁹ BRASIL. [Lei da Anistia] **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**: Concede anistia e dá outras providências.. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em 01 julho de 2023.

⁵⁰ O Brasil, diferentemente dos outros países da América Latina, já dividia na década de 1950, seu crescimento populacional em mais de um núcleo metropolitano urbanizado. (SKIDMORE, 1998, p. 198) Até a década de 1970 o país deixaria de ser majoritariamente rural para aglomerar a maioria de sua população já dentro das cidades (REIS, 2014, p. 23)

⁵¹ REIS, Daniel Aarão. As marcas do período: a modernização transicional. In: REIS, Daniel Aarão (org.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 23-29. (História do Brasil nação: 1808-2010). Direção: Lilia Moritz Schwartz.

⁵² FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo, Sp: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 324 p.

⁵³ REIS, Daniel Aarão. As marcas do período: a modernização transicional. In: REIS, Daniel Aarão (org.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 23-29. (História do Brasil nação: 1808-2010). Direção: Lilia Moritz Schwartz.

ao campo da Arquitetura e Urbanismo. As várias entidades e sindicatos oriundos dessas reivindicações seriam perseguidos e combatidos pela ditadura e mais tarde ajudariam a compor as frentes de luta pela Reforma Urbana e a Reforma Agrária.

As Ligas Camponesas por exemplo apresentaram grande influência na disputa no campo até 1964 e seriam substituídas em espaço de atuação pelos sindicatos rurais⁵⁴. A inclusão da soja e de outros produtos na indústria agrícola no período da ditadura lançam o Brasil em um novo patamar de produção agrícola⁵⁵, baseado na industrialização e na ampliação de terras. Este processo incentivaria então a concentração de terras (nas mãos dos grandes proprietários), aumentando a desigualdade no campo e o êxodo rural. Essas lutas convergem também para a criação do MST em 1984⁵⁶.

No contexto urbano, o rápido crescimento populacional aliado ao deslocamento para as cidades gerava um contexto de exclusão, disputa e pobreza, com salários baixos, ao mesmo tempo que a ampliação dos tecidos urbanos demandava a construção de novas habitações, em especial, prédios de apartamentos. Apesar da grande disparidade e controvérsia, todas as camadas sociais registram aumentos absolutos em renda: estava posto o milagre econômico dos militares.



Figura 10 - Trabalhadores do campo em em manifestação em Pernambuco (sem data) ⁵⁷

⁵⁴ CAMARGO, Aspásia. **Ligas Camponesas**. Atlas Histórico do Brasil. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/7794#:~:text=As%20ligas%20camponesas%20foram%20associações,de%20João%20>. Acesso em: 01 jul. 2023.

⁵⁵ Com a ajuda do governo, oferecendo crédito e incentivos à exportação, a produção agrícola cresce vertiginosamente. O cerrado em 75 não contava com nenhuma produção de soja, e em dez anos já é responsável por quase 6 milhões de toneladas, um terço da colheita nacional. Houve um sucesso comparável também com o arroz. (SKIDMORE, 1998, p. 250)

⁵⁶ MOVIMENTO SEM TERRA - MST (Brasil). **O MST - Nossa história**: a história da luta pela terra. A História da luta pela terra. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

⁵⁷ BARBOSA, Marcos. **CEPE Editora digitaliza registros da história do trabalho em PE tombados pela UNESCO**. 2020. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/noticias/cepe-editora-digitaliza-registros-da-historia-do-trabalho-em-pe-tombados-pela-unesco>. Acesso em: 1 jul. 2023.

Junto com o crescimento das cidades, a profissão do arquiteto se encontra em uma nova situação: os poucos profissionais se multiplicam nas últimas décadas, gerando dois tipos predominantes de profissionais^{58 p. 14}: o que trabalhava diretamente para o estado, sob uma mentalidade estatal expansionista, de concentração do planejamento e construção da cidade; o outro era o arquiteto assalariado médio, sindicalizado, cujo empregador não era necessariamente um escritório de arquitetura. Essa discussão ganha corpo nos debates de Rodrigo Lefébvre e Sérgio Ferro e a questão da função social do arquiteto. De um lado o arquiteto médio se via como pivô do processo de urbanização e construção das cidades e, aos poucos, com o término da ditadura e a crise na década de 1980, fica evidente o fim da posição idealizada do arquiteto como intelectual, parte de uma elite nacional: o arquiteto se tornava trabalhador.

⁵⁸ BRAGALIA, Flavio Antônio D'Ugo. **Arquitetura Brasileira da Redemocratização ao Plano Real**:: revisão crítica do discurso a partir de projetos e artigos publicados nas revistas projeto e arquitetura e urbanismo entre 1985 e 1990, p. 14, 2019. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

iv. a Projeto nos anos 1980.

década de ouro - as publicações da década de 1980

É neste contexto, no final da década de 1970 e início da década de 1980, que novas publicações de arquitetura começam a se consolidar, como seria o caso das revistas Projeto, Módulo e Pampulha. Mais tarde, na década de 1980 surgiria também a revista AU — Arquitetura e Urbanismo. O mesmo debate do modernismo se estendia a estas publicações, como por exemplo na revista Pampulha fundada em 1979, em que Niemeyer era usado como figura da qual se construiria uma nova diversidade de arquitetura contemporânea, por ser representante vivo do modernismo brasileiro. Simultaneamente, a revista Módulo, voltando em 1975 de um hiato de uma década, se colocava em defesa da arquitetura moderna, em continuidade à experiência de Brasília e à arquitetura moderna “oficial”⁵⁹ p. 199-204.

Em pesquisa sobre a revista Projeto, Peixoto⁶⁰ p. 59 identifica o momento inicial, a partir de 1977, como uma fase de consolidação da revista, que se estende até 1985. Este momento é evidente nos diversos materiais presentes nas primeiras edições da revista e é caracterizado por Hugo Segawa como um “renascer da discussão arquitetônica em seus termos mais específicos”⁶¹ p. 193 retomando o espaço dentro de um veículo de divulgação nacional, visto sua disseminação pelo país.

Seria o início de um “processo de profissionalização do jornalismo de arquitetura”⁶² em meio às tentativas de redemocratização, e o “o atordoamento pós-moderno e a concordata da modernidade brasileira”⁶³

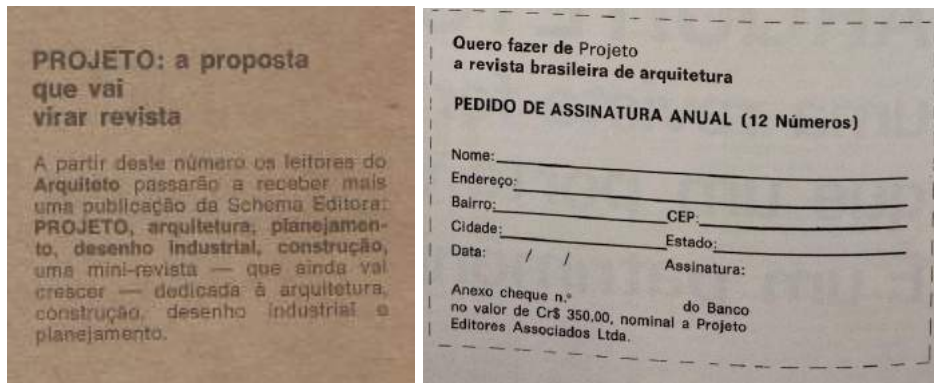
⁵⁹ BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Pós-Brasília: Rumos da arquitetura brasileira**: discurso: prática e pensamento. São Paulo: Perspectiva, 2003. 277 p. (Estudos).

⁶⁰ PEIXOTO, Elane Ribeiro. **Arquitetura na revista Projeto (1980-1995)**: identidade, memória e não-lugares. 2003. 326 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Usp, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

⁶¹ SEGAWA, Hugo. Desarticulação e Rearticulação 1980-1990. In: SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2014. p. 189-198.

⁶² GUERRA, Abílio. Apresentação: a construção de um campo historiográfico. In: GUERRA, Abílio (org.). **Textos fundamentais sobre história da arquitetura brasileira**: v1. São Paulo: Romano Guerra, 2010. p. 11-22. (Coleção RG Bolso).

⁶³ SEGAWA, Hugo; CREMA, Adriana; GAVA, Maristela. Revistas de arquitetura, urbanismo, paisagismo e design: a divergência de perspectivas. **Ciência da Informação**, [S.L.], v. 32, n. 3, p. 120-127, dez. 2003. IBICT. <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-19652003000300014>.



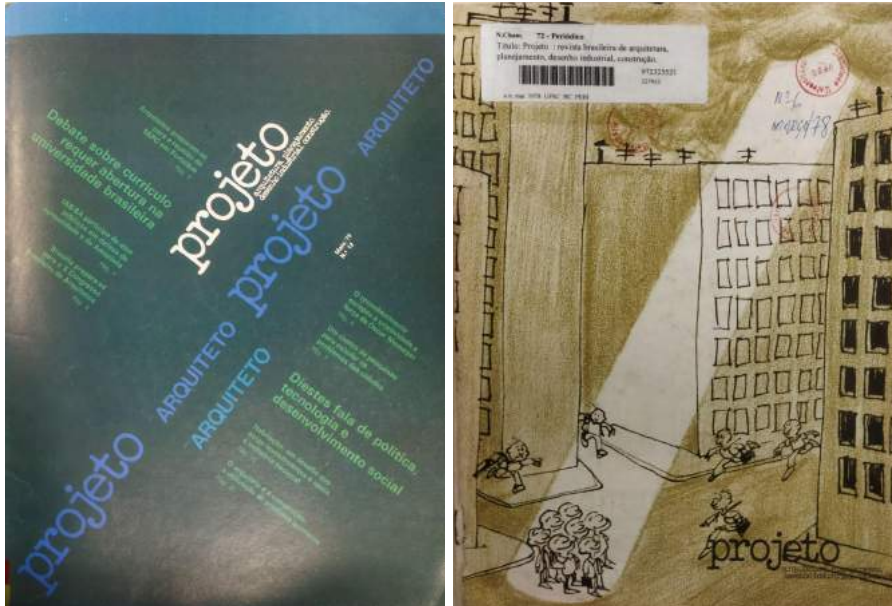
Figuras 11 e 12- Jornal O arquiteto - Número 44 e formulário para assinatura da revista no início da década de 1980.

Visto as limitações editoriais inerentes à posição da Projeto dentro do jornal O Arquiteto a estratégia foi sair aos poucos de dentro da publicação. Primeiro como um panfleto, depois um encarte, por fim uma revista isolada.⁶⁴ A partir do número 44 de 1977 do jornal, ocorre a primeira separação oficial das publicações, como encarte isolado, de número 11, indicando o início de uma nova fase (o número 10 foi suprimido e só seria publicado décadas depois, com a publicação do Nº 300 da revista).

Assim, com projeto gráfico de Vivaldo Tsukumo, a revista desenvolve-se, em dez edições, do encarte do jornal para um formato de revista⁶⁵, até que em 1979 já se caracteriza como publicação oficialmente independente do jornal e das entidades que o organizavam. No ano seguinte troca-se de sede e a revista segue aumentando as tiragens progressivamente, agora em caráter já regular, em uma média de 10 números por ano.

⁶⁴ Relato de Fabio Pentead, diretor do jornal o Arquiteto em Moreno (1987)

⁶⁵ As edições iniciais seriam publicadas com periodicidade irregular até sua estabilização em 1979.



Figuras 13 e 14 - Capas da Revista Projeto no final da década de 1979, mostrando sua transição entre o jornal o Arquiteto e a revista independente



Figura 15 - Chamado do editorial, na Projeto Nº4, de julho de 1977.

O marco que evidencia o processo vivido pela Projeto nos primeiros dez anos de incubação (contando a partir do início do jornal O Arquiteto, seu berço) seria provavelmente o número 42, comemorativo de aniversário. Agora, já uma publicação de mais de 160 páginas, superando as expectativas do editor⁶⁶ e com aumento significativo das assinaturas. O volume inclui além do material habitual — que já compreendia as análises de projetos, reportagens, e notícias — o documento “O pensamento, as críticas, os sonhos e as reivindicações dos arquitetos brasileiros” organizado por Ruth Verde Zein. Era uma

⁶⁶ MORENO, Júlio. Projeto, uma debutante com muita história para contar. **Projeto**, São Paulo, v. 102, p. 62-75, ago. 1987.

análise aprofundada sobre a realização do “II Inquérito Nacional de Arquitetura” comemorativo dos 60 anos do IAB e alusivo à primeira edição do evento, ocorrida 20 anos antes. Tratava-se de um grande encontro promovido pelo IAB para ouvir os depoimentos de 25 arquitetos sobre questões relevantes da atuação profissional. Registram-se as discussões sobre a questão de Brasília, da habitação, das entidades profissionais, das transformações na categoria, da inexistência da crítica, da formação profissional, entre outros⁶⁷.

Outra contribuição significativa na mesma edição, também escrita por Zein, é o dossiê “Arquitetura Brasileira Atual”⁶⁸, um estudo aprofundado sobre a produção nacional na década de 1970, solidificando a contribuição da arquiteta dentro da Projeto, sob indicação de Hugo Segawa e aprovação do próprio Vicente Wissenbach. O documento incluía extenso catálogo de projetos, em “trinta e duas cidades de dezessete estados”, com registros fotográficos, desenhos técnicos e textos de apoio, categorizando os projetos de forma programática. Casos emblemáticos são registrados no dossiê, como o Hospital Sara Kubitschek, de João Filgueiras Lima (o Lelé) e o Centro Cultural São Paulo, de Eurico Prado Lopes e Luiz Benedito de Castro Telles. Aparecem também casos de relevância local, como a Estação Rodoviária e a Câmara de Vereadores, ambos em Florianópolis.



Figura 16 - Página de abertura do longo artigo de Zein na Projeto Nº42

A partir desta edição, se caracteriza um processo de crescimento e solidificação da publicação, que culminaria na edição 102, de comemoração dos 15 anos da revista, de

⁶⁷ Publicado na Projeto Nº 42 com o título “O pensamento, as críticas, os sonhos e as reivindicações dos arquitetos brasileiros” - os depoimentos na íntegra seriam publicados pela própria editora Projeto, no mesmo ano.

⁶⁸ ZEIN, Ruth Verde. O pensamento, as críticas, os sonhos e as reivindicações dos arquitetos brasileiros. Projeto, São Paulo, v. 42, 1982.

1987. Esta nova fase, identificada por Peixoto a partir de 1985, já reconhece dentro da publicação uma forte guinada em direção a temas específicos da profissão, apesar do interesse evidente nas questões estritamente profissionais⁶⁹. Na mesma época, esta guinada vai ser reforçada pela aparição da revista AU — Arquitetura e Urbanismo, de 1985^{70 p. 194}.

Já somando tiragens de cerca de 22.000 exemplares na edição 102⁷¹, a Revista Projeto já se mostra como uma verdadeira revista comercial de arquitetura, financiada tanto pelas assinaturas⁷² como pela extensa rede de anunciantes que compunham suas páginas, vários deles presentes desde os anos iniciais da publicação. O projeto gráfico, mais uma vez assinado por Tsukumo, havia então incluído novas seções e um novo layout a partir da edição Nº 100, mostrando um certo nível de confiança da publicação para apostar em inovação.

Dentro do contexto das publicações e na consolidação da Revista Projeto, fica evidente sua caracterização como revista comercial, em oposição às “revistas de tendência”, tradicionais das décadas de 1950 e 1960, que mantinham em sua maioria posições fortes e precisas. Segawa, Crema e Gava^{73 p. 122} reforçam estas diferenças a partir de um ambiente de “atordoamento pós-moderno e a concordata da modernidade brasileira”. Também é registrada uma tendência de profissionalização no meio aliada a um crescimento no volume de publicações, com “predominância da divulgação de projetos, não de ideias.”^{74 p. 23-27}

O atordoamento mencionado é obviamente relacionado à saturação de tendências e revisões da arquitetura moderna na época, alargada pelo passado recente de supressão do debate⁷⁵. Enquanto isso, o contexto político se mantinha instável, em um caminho de construção do processo de redemocratização. Carmona se usa do exemplo da “Torre Pluralista”⁷⁶ para descrever as Revista Projeto e AU e sua postura generalista.

⁶⁹PEIXOTO, Elane Ribeiro. **Arquitetura na revista Projeto (1980-1995):** identidade, memória e não-lugares. 2003. 326 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Usp, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

⁷⁰SEGAWA, Hugo. Desarticulação e Rearticulação 1980-1990. In: SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2014. p. 189-198.

⁷¹MORENO, 1987

⁷²As assinaturas somavam 18.000 exemplares desse quantitativo (MORENO,1987)

⁷³SEGAWA, Hugo; CREMA, Adriana; GAVA, Maristela. Revistas de arquitetura, urbanismo, paisagismo e design: a divergência de perspectivas. **Ciência da Informação**, [S.L.], v. 32, n. 3, p. 120-127, dez. 2003. IBICT. <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-19652003000300014>.

⁷⁴CARMONA, Jaime Solares de. **Crítica de Arquitetura no Brasil: 1985-2010**. 2015. 168 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

⁷⁵BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Pós-Brasília: Rumos da arquitetura brasileira:** discurso: prática e pensamento. São Paulo: Perspectiva, 2003. 277 p. (Estudos).

⁷⁶A Torre Pluralista era uma proposta de edifício a ser construída em São Paulo, que se baseava na sobreposição de andares projetados por diferentes (e divergentes) arquitetos. “Uma babel moderna, ou melhor, um Frankenstein do capital especulativo que por sorte (ou azar) não foi construído.” (CARMONA, 2015, p. 24)

Curiosamente, o debate profissional (e seus desdobramentos políticos) se mantém dentro da Projeto até o fim da década, sempre representado pelas figuras do IAB e do SASP, que tinham por sua vez tendências, correntes e posições publicamente demarcadas.⁷⁷ Este fenômeno pode se originar tanto da relação histórica da revista e seus fundadores com as entidades e também da própria situação de atordoamento encontrada nos outros campos de debate da arquitetura.

para todos os lados

Parte desta lacuna no debate se traduz na situação do Pós-Brasília⁷⁸ para o debate da arquitetura brasileira: apesar de completar já seus 20 anos no início da década de 1980, ainda constava como experiência hegemônica a se superar⁷⁹. A “identidade nacional”, propagandeada durante os anos de milagre econômico, aliava a arquitetura de Brasília à imagem do progresso tecnológico, mas também a posicionava como paradigma arquitetônico unificado da produção nacional. A falta de circulação do debate e discussão da experiência de Brasília coloca o arquiteto da época em um contexto de descrença, dúvida e abertura a diversas novas correntes arquitetônicas, como alternativa ao que se propunha até então.



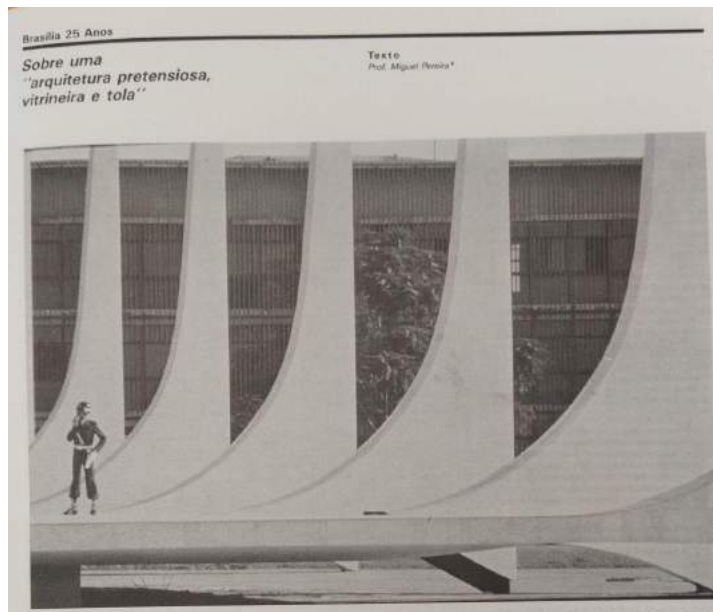
⁷⁷ A Projeto publicava frequentemente discursos de presidentes, secretários e outros membros destas entidades, e em diversos momentos separava longas seções para os eventos destas entidades.

⁷⁸ BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Pós-Brasília: Rumos da arquitetura brasileira**: discurso: prática e pensamento. São Paulo: Perspectiva, 2003. 277 p. (Estudos).

⁷⁹ Brasília vai ser tema da edição comemorativa de número 100 da Projeto, em 1987.



Figuras 17 a 20 - Capas da Projeto registrando a questão de Brasília em diversos períodos (Edições 16, 20, 74 e 100)



Figuras 21 - Artigo de debate sobre a questão Brasília, na edição 100.

Da mesma forma, ainda tentava-se descobrir o que havia na produção brasileira para além desta narrativa oficial, na mesma busca de identidade que se replicava no resto da América Latina.⁸⁰ O desgaste conceitual da cidade moderna, a associação da nova capital

⁸⁰ Como seria o exemplo da publicação de Zein, na Projeto 42, "Arquitetura Brasileira Atual" de 1982.

com o regime militar, e a realidade profissional do arquiteto, assalariado, repetitiva e voltada à produtividade e ao funcionalismo, incentivam essa busca, traduzida no pensamento pós-moderno.

O contexto limitado da crítica de arquitetura durante o processo de redemocratização ⁸¹ p. 199-204, dentro de uma revista comercial em fase de consolidação, somada às íntimas relações com as entidades profissionais, abre amplo espaço na Projeto para o debate do processo da redemocratização, do contexto político e seus desdobramentos dentro da profissão. A redemocratização então aparece como fio condutor desta discussão profissional, transpassando o contexto político, social, econômico e cultural do país, e aproximando-se de questões muito próprias da arquitetura e do urbanismo, como a da habitação, a cidade e seu planejamento e as reformas urbana e rural. É o fio condutor do debate na nova república em formação.

A neutralidade da Projeto ⁸² aparentemente se configura como linha editorial (uma linha traduzida na falta de tendência clara) que expõe opiniões por vezes divergentes e publicizando debates de grande participação. Aparecem especialmente debates quanto às questões do contexto e da cidade para a arquitetura e o debate profissional. Curiosamente as questões urbanas e sociais, como o déficit habitacional e o crescimento das favelas têm menor enfoque nestas publicações ⁸³. Esse ecletismo refletia o próprio panorama brasileiro na década de 1980 e evidenciava o objetivo de alcançar todo o coletivo dos arquitetos, e portanto, toda a coletânea de assuntos que atravessava o campo disciplinar. ⁸⁴

⁸¹ BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil: arquitetura após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2010. 429 p.

⁸² A tal neutralidade da Projeto é discutida por diversos autores, como Peixoto (2003), Segawa (2014), Carmona (2015) e também já é alvo de análises na sua própria época, como seriam os exemplos dos relatos de Alfredo Paesani, coletados por Julio Moreno no artigo comemorativo de 15 anos da Revista, na edição 102 - Projeto, uma debutante com muita história para contar.

⁸³ BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Pós-Brasília: Rumos da arquitetura brasileira**: discurso: prática e pensamento. São Paulo: Perspectiva, 2003. 277 p. (Estudos).

⁸⁴ PEIXOTO, Elane Ribeiro. **Arquitetura na revista Projeto (1980-1995)**: identidade, memória e não-lugares. 2003. 326 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Usp, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.



Figura 22 - Editorial Nº 12 de 1979 - aqui já se registra o ímpeto de ampliação da mirada da revista

Paradoxalmente, apesar de se apresentar como um dos exemplares de maior penetração e disseminação no Brasil (característico das revistas comerciais de sucesso), a Projeto abre espaço rotineiramente para debates acalorados (e cheios de posição) sobre o contexto político que tange à atuação profissional. O IAB e o SASP, *habitués* da publicação, usavam o espaço da revista para, em última análise, disseminar política e intervenção, espalhar (talvez em moldes menos tradicionais para os arquitetos) “tendência”.

Esta amplitude dos conteúdos nacionais, e de mapeamento de diversidades ⁸⁵, vai ser rebatida nas relações internacionais, estabelecendo canais de comunicação entre o corpo editorial da Projeto com outros debates da América Latina, de forma mais evidente através da aproximação com a revista Summa ⁸⁶, publicação argentina, fundada em 1963 ⁸⁷ p. 167.

Tal aproximação das duas publicações na década de 1980 é articulada pelo próprio Wissenbach em contato com a equipe da Summa, e se expande, inclusive, para o diálogo com Jorge Glusberg, professor, curador e editor argentino, diretor do Centro de Arte y

⁸⁵ SEGAWA, Hugo. Desarticulação e Rearticulação 1980-1990. In: SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2014. p. 189-198.

⁸⁶ PEIXOTO, Elane Ribeiro. **Arquitetura na revista Projeto (1980-1995): identidade, memória e não-lugares**. 2003. 326 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Usp, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

⁸⁷ GONZAGA, Mario Guidoux. **A revista como curadoria: Brasil e Argentina através das revistas summa e módulo**. 2016. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

Comunicación – CAyC⁸⁸, que daria origem à exposição organizada na Argentina em 1983, com o tema “Arquitetura Brasileira Atual” em esforço conjunto da Projeto com o CAyC.



Figura 23 - Anúncio na Projeto da colaboração com o CAyC

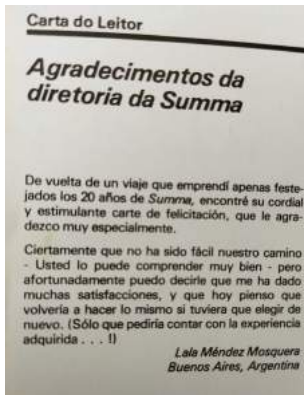
A partir deste esforço, a relação entre a Projeto e a Argentina se estreita, com a inserção de Ruth Verde Zein como articuladora do diálogo com a Summa e com o próprio Glusberg, também fundador do Comitê Internacional de Críticos de Arquitetura - CICA. A partir deste diálogo e da articulação com outros personagens como Marina Waisman, assídua colaboradora da Summa⁸⁹ e editora da Summarios⁹⁰, se daria a fundação dos Seminários de Arquitetura Latinoamericana — SAL, com primeira edição em 1985, dentro da I Bienal de Arquitetura de Buenos Aires, no CAyC⁹¹.

⁸⁸ Glusberg tinha sido um dos membros fundadores do CAyC e se manteve no cargo desde sua fundação, em 1968, até seu encerramento em 2012.

⁸⁹ ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. **Marina Waisman: o interior da história**. 2014. Portal Vitruvius. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/13.145/5035>. Acesso em: 10 nov. 2022.

⁹⁰ Publicados pela Summa de 1976 a 1990, os cadernos Summarios foram editados por Waisman durante toda sua existência (PERALTA, 2013, p. 57-58)

⁹¹ A mostra “Arquitetura Brasileira Atual” deveria inicialmente ter sido parte de um evento maior, a primeira Bienal de Arquitetura de Buenos Aires, em 1983, contudo o esforço não se concretizou e a mostra foi realizada independentemente. A primeira Bienal só se concretizaria dois anos depois, em 1985.



Figuras 24 e 25 - Artigos e informes sobre a relação da Projeto com a Summa (Edição 100)

A Summa então apareceria como inspiração para a Projeto ⁹² e progressivamente a pauta da “Latinoamérica” começaria a compor também as páginas da revista brasileira. Tanto na forma de divulgação e notícias, mas também na disseminação de idéias, na Seção Ensaio e Pesquisa. A decantação destas relações na segunda metade da década de 1980 indicaria também o processo de guinada à crítica de arquitetura e aos assuntos específicos do campo da arquitetura ⁹³. Era a Projeto respondendo a seu tempo.

um pouco de tudo

Dentro do vasto material acumulado pela revista na década de 1980, é possível notar algumas categorias básicas, que dividem o conteúdo apresentado, e organizam não só o tom do debate, mas também os temas tratados. No caso dos projetos, são cada vez mais presentes os textos curtos, acompanhados de diversos desenhos, fotografias e diagramas das obras apresentadas. A crítica de arquitetura aparece aos poucos, e vai sendo oficializada, culminando na presença regular da seção Ensaio e Pesquisa, de conteúdo mais acadêmico. Em contrapartida o suplemento técnico é muito mais veloz em seu formato; os textos dão lugar às tabelas de orçamento e aos breves informativos anunciando as novidades no mercado da construção civil.

⁹² Relatos de Wissenbach e Segawa em MORENO, 1987
⁹³ PEIXOTO, Elane Ribeiro. **Arquitetura na revista Projeto (1980-1995): identidade, memória e não-lugares.** 2003. 326 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Usp, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.



Figura 26 - A crítica de arquitetura na revista - Projeto 71 - Janeiro de 1985

Apesar do volume do material contido nestas categorias, uma seção que até o início da década de 1990 nunca desaparece da publicação, são os informes das entidades profissionais. Tais informativos ganham bordas diferenciadas no miolo da revista, e são sempre recheados das informações mais atuais. Isto se dá, no início, pela laço inevitável da revista com o IAB-SP (Instituto dos Arquitetos do Brasil - São Paulo) e com o SASP (Sindicato dos Arquitetos do estado de São Paulo), seu berço de origem quando ainda era o jornal O Arquiteto, mas logo se expande, compreendendo material tanto da direção nacional do IAB, como das diversas unidades estaduais. Da mesma forma, a Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), a Associação Brasileira do Ensino de Arquitetura (ABEA) e o sistema CREA/CONFEA - que na época ainda era o conselho profissional dos arquitetos - eram frequentemente representados.

Por fim, à margem destas seções delineadas, havia uma grande quantidade de material que não se encaixava necessariamente em uma categoria ou outra. De qualidade mais jornalística, eram os anúncios de abertura e resultados de concursos, informações para inscrições de eventos, calendários, chamadas e anais de congressos, notícias sobre pautas de interesse público, textos de opinião de colaboradores e de leitores, os próprios editoriais e cartas do editor Vicente Wissenbach, ou a coluna “Atos e Fatos” do editor executivo Nildo Carlos Oliveira, depois de 1986⁹⁴. A partir da edição número 100, contudo, a maior parte deste material seria condensada dentro da seção “Jornal Projeto” que já aparecia

⁹⁴ MORENO, Júlio. Projeto, uma debutante com muita história para contar. **Projeto**, São Paulo, v. 102, p. 62-75, ago. 1987.

ocasionalmente mas agora se tornava parte integrante de toda edição. Também a existência de tal seção pode ser um aceno à origem da revista, o jornal “O Arquiteto”, e indica esta inversão do formato.

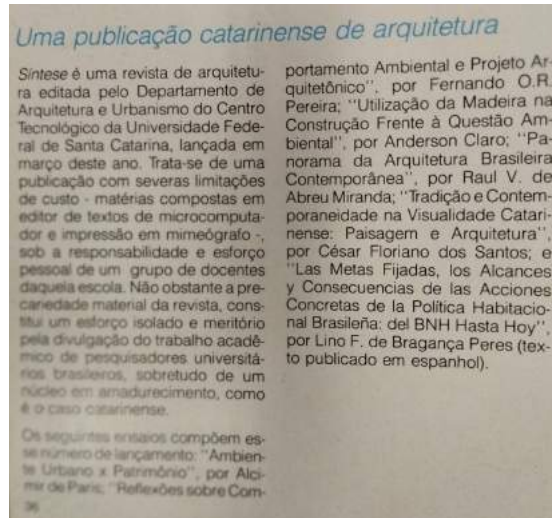


Figura 27 - exemplo do jornalismo presente na Projeto

São nestas duas últimas categorias - os informes e os artigos jornalísticos - que se concentra a parte mais significativa do debate sobre o processo de redemocratização dentro da revista Projeto. O processo da Constituinte, bem como o debate sobre a questão habitacional e da profissão, é figura carimbada não só na discussão das entidades, mas também nas diversas outras contribuições que aparecem no Jornal Projeto.

A redemocratização como fio condutor

Das diversas questões que a revista se propõe a responder na década de 1980, talvez a mais representativa do contexto político vivido pelo Brasil seja a da redemocratização. Não só a revista era veículo de comunicação das diversas entidades dos arquitetos na época⁹⁵, mas também era provavelmente o canal de informação especializada majoritariamente consumido pela massa do corpo profissional de arquitetura no país. Os desdobramentos que levariam à nova Constituição em 1988 seriam documentados e debatidos dentro da revista sob os mais diversos olhares. O lugar privilegiado que a publicação constrói desde 1972, demonstra na década de 1980 o encravamento do debate do novo projeto de nação brasileira nas entranhas da revista, não como piloto deste processo, mas como mais uma das engrenagens que rodavam à todo vapor na iminência de profundas mudanças sociopolíticas.

⁹⁵ O jornal O Arquiteto havia sido fechado em 1980, deixando tanto o IAB como o SASP sem um canal de comunicação impressa regular que não fossem derivados de encontros ou congressos (eventuais).

O ambiente político na república era de inserção cada vez maior do cidadão no debate do projeto de país e de um anseio generalizado por essa discussão, de todos os aspectos da sociedade que se pretendia construir. É a aproximação e solidificação constante da compreensão do país e das cidades como *res publica*. A coisa do povo então, era foco de luta, disputa, confronto, intervenção, debate e esperança. No Brasil pós ditadura, não havia mais lugar para pensar no futuro que não atravessasse o caminho da democracia.

A redemocratização na década de 1980, a Assembleia Constituinte e a Constituição de 1988 são vitórias não meramente simbólicas de um período dourado na construção de um país que já havia sofrido muito desde a sua colonização. A década deu origem a um dos mais avançados documentos jurídicos do mundo, que ampliaram os direitos e a noção de cidadania dentro de um país segregado, desigual e injusto.

A Projeto, reverbera esse momento extraordinário da história do Brasil, e assim, observar a sua produção no período é assistir tal processo ocorrendo, pelos olhos e mãos dos diversos personagens - arquitetos ou não - que transitavam pela publicação, e a partir dela, achavam lugar para ecoar as esperanças por um país melhor.

a Projeto como palco

A Projeto era palco não só do que acontecia no Brasil, mas também correspondente dos fatos internacionais ligados à arquitetura. Resultados de concursos, nomeações de premiações, entrevistas e perfis de arquitetos estrangeiros eram material regular na publicação e, junto com o vasto material nacional, davam à Projeto o seu lugar de importância no debate arquitetônico, como agregadora das diversas correntes, tendências, ideias e novidades.

Este ímpeto materializado na revista Projeto pode ser analisado sob a ótica do pós-ditadura no âmbito político, e do pós Brasília no âmbito conceitual. Isso porque o período que se estendia desde 1964 significava duas coisas evidentes no cenário brasileiro:

Em primeiro lugar o regime ditatorial imposto silenciara o debate arquitetônico no Brasil, fechando revistas, sindicatos, entidades, exilando diversos arquitetos relevantes da produção arquitetônica da época, em suma, impedindo o avanço da discussão e gerando um vácuo no meio arquitetônico, uma situação de desconhecimento quanto ao que se produzia

Em segundo, a experiência de Brasília, apesar de completar já seus 20 anos no início da década de 1980, ainda constava como experiência hegemônica a se superar, nos dizeres de Maria Alice Junqueira Bastos. Como já frisado, a ideia de “identidade nacional”, parte da construção do milagre econômico⁹⁶, colocava Brasília tanto como imagem de progresso, mas também como conceito unificado da produção arquitetônica nacional⁹⁷. A falta de circulação do debate e discussão da experiência de Brasília nos deixa em um contexto de descrença, dúvida e abertura a diversas novas correntes arquitetônicas, como alternativa ao que se propunha até então. Da mesma forma, ainda se explorava o que havia na produção brasileira para além desta narrativa oficial, na mesma busca de identidade que se replicava no resto da América Latina^{98 p. 199-204}.

⁹⁶ SKIDMORE, Thomas E.. **Uma história do Brasil**. Rio de Janeiro, Rj: Paz e Terra, 1998. 356 p. Tradução: Raul Fiker.

⁹⁷ BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Pós-Brasília: Rumos da arquitetura brasileira**: discurso: prática e pensamento. São Paulo: Perspectiva, 2003. 277 p. (Estudos).

⁹⁸ BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil: arquitetura após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2010. 429 p.

A postura resultante destas duas realidades encontrada na Revista Projeto é de uma publicação que responde à grande lacuna existente nos espaços de debate ⁹⁹ e que, ao mesmo tempo, se pretende a ser palco desta nova produção, ainda pouco conhecida no contexto brasileiro ¹⁰⁰.

espaço de denúncia

Um indício do reconhecimento da revista Projeto pelos seus leitores como plataforma de exposição dos problemas da profissão talvez sejam os diversos textos com caráter de reclamação e denúncia. São artigos que elegem a revista como ferramenta de exposição destas situações em uma tentativa não só de denunciar os responsáveis, mas também chamar à ação os grupos envolvidos.

Uma situação recorrente exposta na publicação são os vários concursos de Arquitetura, muitas vezes com resultados questionáveis, processos de julgamento com quesitos confusos ou desrespeitosos, bem como a sua não priorização pelos órgãos públicos, impedindo a participação nos processos de debate dos novos projetos (através de novas propostas) pelos arquitetos. Frequentemente, a problemática dos concursos é discutida e denunciada justamente a partir da sua ausência na tomada de decisão de uma proposta para um projeto público importante. Da mesma forma, a revista se esforça para trazer não só a proposta vencedora para dentro da revista, mas também os segundos e terceiros colocados, bem como menções honrosas. Isso acaba aumentando a discussão em torno do tema, sinalizando sua relevância pela posição de destaque, e facilitando ao leitor a avaliação crítica do processo decisório da proposta ganhadora, abrindo espaço para discordância do leitor e quem sabe até a posterior manifestação dentro do espaço da revista.

Parte deste debate e denúncia vêm do entendimento - pelo corpo editorial e mais especialmente do leitor/autor - do lugar do arquiteto como agente de transformação na cidade, e portanto responsável pelo papel ativo nos momentos de decisão. Em um Brasil com cidades crescendo vertiginosamente, os concursos públicos de arquitetura significavam não só o reconhecimento da profissão do arquiteto como também uma chance de tentar direcionar uma parte, mesmo que pequena, do desenvolvimento das cidades nesta jovem democracia a um caminho menos nebuloso.

Neste contexto de afirmação do arquiteto, também são frequentes a exposição das mais diversas opiniões quanto às atribuições da profissão e sua relação com os outros

⁹⁹ SARLO, Beatriz. *Intelectuales y revistas: razones de una práctica*. América: Cahiers du CRICCAL, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 9-16, 1992. PERSEE Program. <http://dx.doi.org/10.3406/ameri.1992.1047>. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1992_num_9_1_1047. Acesso em: 20 jul. 2021.

¹⁰⁰ WISSENBACH, Vicente. Editorial - Divulgar e debater a produção arquitetônica: metas da Projeto. *Projeto*, São Paulo, v. 12, p. 3, maio de 1979.

profissionais da indústria da construção civil. Essa relação sempre tensionada a partir do agrupamento do Arquiteto e Urbanista ainda dentro do sistema Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura — CONFEA¹⁰¹ evidencia as diversas discordâncias e contradições entre o arquiteto e seus colegas de profissão, além das limitações no espaço do profissional dentro das decisões do Conselho Federal.

Um exemplo que atravessa este debate é a discussão das atribuições do Técnico em Edificações, um dos diversos técnicos industriais que teve suas atribuições regulamentadas pelo decreto 90.922 de 1985. A discussão girava principalmente em torno do inciso primeiro do artigo 4º, que permitia ao técnico “projetar e dirigir edificações de até 80m² de área construída”. Tópico polêmico na revista Projeto, alguns artigos foram lançados, dentro e fora dos informativos das entidades criticando a liberação destas atribuições ao profissional de nível médio, bem como avaliando a relação com o Conselho Federal e as consequências desta liberação ao exercício da profissão e à qualidade do trabalho.

Cabe lembrar que até hoje o Técnico em Edificações nunca perdeu estas atribuições e as mesmas foram inclusive ampliadas, em 2019, através da resolução 58 do Conselho Federal de Técnico Industriais — CFT. Apesar disso, o espaço do arquiteto também se ampliou, com a sua desassociação do sistema CONFEA e a consequente fundação do CAU, atual entidade representativa, que trabalha constantemente na garantia da manutenção das atribuições do profissional de arquitetura, reforçando a sua relevância.

o sentimento de esperança

O Brasil que se apresenta para os arquitetos na década de 1980 não é de um contexto simples. Marcado pela crise econômica, pela dívida externa, inflação, congelamento de salários, trocas de moedas e a própria saída da ditadura que atravessa o cenário cultural, social e político. O movimento Diretas Já na primeira metade da década é um sinal claro da insatisfação generalizada com a estrutura política do país, e a eleição de Tancredo Neves, seu falecimento em seguida, e a posse do vice José Sarney eram só a ponta do iceberg do caos no qual o país se encontrava¹⁰².

Enquanto isso, dentro da Revista Projeto, além de um clima de crítica e disputa, se vê um sentimento de esperança com o período vindouro. Uma tentativa de se construir um futuro diferente da história vivida até então. Os editoriais nas páginas iniciais sempre atualizam o leitor do contexto, sugerindo mudanças, e adicionando questionamentos. A

¹⁰¹ Posteriormente renomeado como Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, com a fundação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo — CAU

¹⁰² SKIDMORE, Thomas E.. **Uma história do Brasil**. Rio de Janeiro, Rj: Paz e Terra, 1998. 356 p.
Tradução: Raul Fiker.

primeira eleição pós ditadura em 1985 (ainda que indireta) dá o tom de um Brasil engatinhando de volta em direção à democracia. No editorial da edição Nº 82, de dezembro do mesmo ano, Wissenbach declara: “1985. Um ano se encerra com muita esperança e otimismo” e menciona em especial o significado da Nova República no Brasil, com as diversas promessas feitas e o início das mudanças nos indicadores de desemprego e no crescimento da economia.

“Após anos de silêncio, incertezas, de economia recessiva, acenderam finalmente uma luz no fim do túnel e o país volta a respirar um clima de otimismo, de confiança no futuro. As mudanças prometidas pela Nova República pouco a pouco vão se delineando de maneira mais clara e os resultados mais visíveis foram a retomada do crescimento da economia, a recomposição dos níveis de emprego.”¹⁰³

“O que mobilizou a esmagadora maioria da nação a apoiar essa situação equívoca e inevitável do colégio eleitoral foi a esperança. Por todos os cantos e recantos assistimos, no dia 15, a cenas de esperança explícita”¹⁰⁴

Apesar do resultado do Movimento Diretas Já não ter sido uma eleição direta, o sentimento quanto à eleição de Tancredo Neves e a posse de Sarney é de vitória (ainda que parcial). Com a eleição de um novo presidente, vem junto a promessa de uma nova Constituição, e de tempos melhores. Apesar das promessas, o Brasil ainda viveria um período longo de crises econômicas que marcariam as gestões de José Sarney, Fernando Collor de Mello, e seu vice, Itamar Franco, e que só seriam sanadas, em grande parte, pelo Plano Real, em 1994.

as crises nacionais

Simultaneamente, são evidentes os problemas que aparecem nos mais distintos setores da política nacional, como a crise da Habitação, mencionada no editorial 88 (junho/1986), que denuncia a falência do Sistema Nacional da Habitação (SNH) com o fim do BNH; a questão urbana e a necessidade da sua reforma no editorial 89 “A cidade impõe urgência na questão urbana”, delineando aqui a importância que a publicação dá ao espaço de discussão como resposta ao momento complexo que se vivia:

¹⁰³ WISSENBACH, Vicente. Editorial - 1985, um ano que se encerra com muita esperança e otimismo. **Projeto**, São Paulo, v. 82, p. 3, dezembro de 1985.

¹⁰⁴ BRITTO, Alfredo L, A Arquitetura na nova República. **Projeto**, São Paulo, v. 73, p. 10, março de 1985.

“Inverter agora esse processo de ocupação anárquica, tentar uma saída, significa lutar contra a maré. Mas é preciso lutar. E a arma provavelmente mais eficiente para esse fim é o debate em favor da urgência de uma política urbana capaz de propiciar munição para a sociedade e bom instrumento de ação para o governo. E isso segundo um enfoque democrático em que a sociedade tenha a maior influência.”¹⁰⁵

a aproximação da constituinte

Em 15 de novembro de 1986, após tantos anos de regime ditatorial, o cenário político no Brasil se encaminha para um momento histórico: a eleição dos representantes do Congresso e Senado responsáveis por compor a Assembleia Nacional Constituinte¹⁰⁶. Durante o ano, gradativamente, a discussão dos problemas urbanos começa a ser cada vez mais atrelada à questão iminente da Constituinte. Na edição 92, de outubro do mesmo ano, a Constituinte já se mostra como processo em curso, não mais hipotético:

“E, como era de se prever num ano de extrema importância política, (os arquitetos) engajaram-se de corpo e alma no debate da constituinte, procurando dar sua contribuição para o aperfeiçoamento da nossa constituição, através de um amplo debate em encontros, simpósios e seminários, de norte a sul do país.”¹⁰⁷

¹⁰⁵ OLIVEIRA, Nildo Carlos. Editorial - Responsabilidades do governo, exigências da sociedade. **Projeto**, São Paulo, v. 88, p. 3, junho de 1986.

¹⁰⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasília). **PORTAL DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ**: fatos antecedentes à assembléia nacional constituinte. Fatos antecedentes à Assembléia Nacional Constituinte. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-c. Acesso em: 01 jul. 2023.

¹⁰⁷ WISSENBACH, Vicente. Editorial - A constituinte na ordem do dia, em todos os encontros. **Projeto**, São Paulo, v. 92, p. 3, outubro de 1986.



Figura 28 - Sessão de instalação da Assembleia Nacional Constituinte, com a presença dos chefes dos três Poderes, em 1/2/1987 ^{108 p.21}.

Reunida por vinte meses, de fevereiro de 1987 a outubro de 1988, a Assembleia Nacional Constituinte foi estabelecida a partir de representantes da Câmara e do Senado, eleitos em junho de 1986. Foram eleitos no total 72 senadores e 487 deputados, com direito a votos de mesmo valor. A capacidade recém conquistada de organização partidária permitiu que treze partidos tivessem representação dentro da Assembleia, incluindo um número considerável de representantes que tinham tido direitos políticos cassados durante a ditadura ¹⁰⁹.

A mesa diretora, sob a presidência do Deputado Ulysses Guimarães foi então eleita, em sessão de instalação, em 1 de fevereiro de 1987. Ulysses era presidente da Câmara dos Deputados, e fundador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, foi historicamente opositor do regime militar ¹¹⁰.

o debate acadêmico em torno da constituinte

Além dos informes e reportagens, a Constituinte como processo político aparece também como tópico de debate acadêmico e conceitual dentro da revista, sendo alvo, por

¹⁰⁸ BACKES, Ana Luiza; AZEVEDO, Débora Bithiah de. **A sociedade no Parlamento**: imagens da assembleia nacional constituinte de 1987/1988. Brasília: Centro de Documentação e Informação - Edições Câmara, 2008. 233 p. Projeto “20 anos da Constituição Cidadã”. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1506>. Acesso em: 01 jul. 2023

¹⁰⁹ Ibidem

¹¹⁰ BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Registro das Sessões**: biografia ulysses guimarães. Biografia Ulysses Guimarães. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/discursos-em-destaque/serie-brasileira/decada-1980-89/biografia-ulysses-guimaraes>. Acesso em: 01 jul. 2023.

exemplo, do artigo “Constituinte e política urbana” de Clóvis Ilgenfritz da Silva¹¹¹, que discute em detalhe os diversos aspectos a serem considerados por uma nova Constituição, como lei maior de uma nação, e a sua importância como responsável por reger as relações de uso do espaço, se manifestando diretamente na qualidade de vida da população.

No mesmo artigo, o autor parte da discussão da propriedade, para então delinear os diversos aspectos da política urbana que influenciam na qualidade urbana, como a especulação imobiliária, os instrumentos legais complementares, a questão rural e sua relação com as cidades, a garantia da função social da terra, a descentralização do poder, e a própria concepção do processo de Constituinte como sinal máximo da soberania de um povo.

”Soberania significa capacitação, organização e consciência da cidadania de cada brasileiro para exercer seus direitos e deveres com o objetivo de tornar a Constituição algo real”¹¹²

A participação popular é tópico recorrente na idealização dos arquitetos quanto ao processo de Redemocratização, mas além de servir como idealização de método, faz parte também da concepção do produto esperado, como documento condizente com a proposta de democracia que se construía. Ao encontro da “soberania” mencionada por Ilgenfritz, Benamy Turkienicz¹¹³, reforça a importância da participação popular e seu poder de garantir estes resultados. Em artigo sobre o 2º Seminário de Desenho Urbano, Turkienicz afirma:

“[...] é claro que um dos pontos principais de avanço da nossa nova constituição deverá ser, sem dúvida, a ampliação dos fundamentos do direito público. O conhecimento sobre os efeitos do desenho urbano sobre os cidadãos constitui referencial indispensável para a conquista de leis que garantam o direito público a um espaço urbano condizente com uma sociedade livre e mais justa”¹¹⁴

Fica claro então, a compreensão de que a participação popular, segundo estes autores, garantiria não só leis mais justas, mas também uma sociedade mais capaz de construir e manter esta nova democracia.

¹¹¹ Arquiteto, urbanista e político gaúcho, Clóvis Ilgenfritz (1939–2019) tinha se candidatado a Deputado Federal em 1982, sendo o candidato mais votado pelo PT, partido que havia ajudado a fundar, mas não se elegeu. Em 1988 se elege como vereador e permanece no cargo por três mandatos sucessivos, até 2000. (GZH, 2019)

¹¹² SILVA, Clóvis Ilgenfritz da. Constituinte e Política Urbana. **Projeto**, São Paulo, v. 92, p. 92, março de 1986

¹¹³ Benamy Turkienicz, arquiteto e professor da UNB na época, era um dos idealizadores e organizadores dos Seminários de Desenho Urbano no Brasil.

¹¹⁴ TURKIENICZ, Benamy. A importância do II SEDUR no ano da constituinte. **Projeto**, São Paulo, v. 90, p. 22, agosto de 1986

Os pormenores da redemocratização

Para além da discussão conceitual e ideológica, o espaço da revista se debruça também nos pormenores do processo de Redemocratização e da campanha pela Constituinte, em um esforço de aumentar a participação popular e aumentar as chances de resultados positivos. Estes materiais adicionam propostas e encaminhamentos às avaliações e discussões sobre o tema.

Provavelmente o exemplo mais marcante destas propostas apresentadas é o da intervenção direta na Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, parte da Comissão da Ordem Econômica. Esta não se inicia e nem tem origem especificamente dentro da revista Projeto, contudo se apresentam elementos da sua conformação nos diversos textos de divulgação e exposição das entidades profissionais, e opinião dos mais diversos autores.

O documento do IAB

Um dos fomentos à discussão é o próprio material publicado em novembro de 1985, na seção da revista “Documentos Projeto”, que reproduz o temário do XII Congresso Brasileiro de Arquitetos, organizado pelo IAB, com tema “A Produção do Espaço Habitado no Brasil Contemporâneo – Avaliação e Perspectivas”. O texto intitulado: “Arquiteto e Constituinte”, é lembrado pelo IAB, na seção Jornal Projeto, após a realização do 76º COSU (dois anos após o congresso), e resume os tópicos abordados que serviram de base para a discussão.

Aparecem a questão da moradia, do uso e ocupação do solo, da habitação, da propriedade e das regiões metropolitanas, defendendo a importância dos instrumentos que serão capazes de garantir o cumprimento dos artigos da constituição a ser escrita.

O documento faz a leitura da conjuntura (em 1985) como um momento onde diversos grupos populares se organizam para a luta pela constituinte, reconhece o papel dos arquitetos nesta manifestação e lembra as pautas defendidas pela categoria. Primeiro com a revogação das diversas leis e extinção do aparato opressor estruturado durante a ditadura, e em seguida com a aprovação da constituinte, que viria a trazer uma nova estrutura legal no que tange às condições de construção da cidade.



Figura 29 - Anúncio do XII Congresso Brasileiro de Arquitetos, em 1985, publicado na **Projeto**.

Continua então enumerando as pautas compartilhadas pela categoria com o resto da população, como o “salário mínimo real, seguro desemprego, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, estabilidade e garantia de emprego, liberdade e autonomia sindical, carga horária máxima de quarenta horas semanais, direito irrestrito de greve, eleições livres e diretas.”¹¹⁵

É claro também no documento a importância que a entidade dá para a intervenção direta dentro dos movimentos populares, sugerindo a participação nos comitês com outras categorias, nas manifestações e atos de rua, além de se propor a impulsionar as diversas pautas específicas para dentro destes espaços, como seria o caso da discussão da função da propriedade da terra, a participação popular no planejamento e decisão do desenvolvimento das cidades e do campo, a preservação do meio ambiente, o saneamento básico, e a própria distribuição de responsabilidades nas esferas do poder estatal.

A campanha do IAB pela constituinte

Outra ferramenta desta campanha que de certa forma tem como palco a revista, é a divulgação do símbolo da constituinte pelo IAB, a ser utilizado em todos os materiais, nacionais e estaduais do Instituto, durante o período da Constituinte. A defesa do símbolo

¹¹⁵ SINDICATO DOS ARQUITETOS DO RIO GRANDE DO SUL. Temário do Congresso: Os arquitetos e a constituinte. **Projeto**, São Paulo, v. 87, p. 84, maio de 1986

vai ao encontro da idéia do arquiteto como agente neste processo, se usando de todas as ferramentas para construir este novo momento:

“O arquiteto, como de resto os demais segmentos da sociedade, deve usar todos os seus instrumentos para efetivar essa participação: o rabisco, o desenho, a forma, a cor, o plano de trabalho, a régua e o esquadro e, por fim a palavra.”¹¹⁶

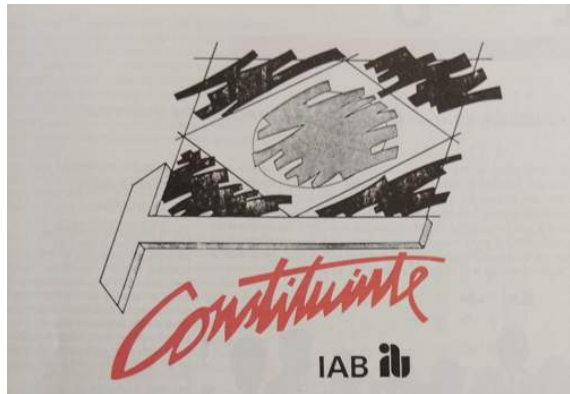


Figura 30 - O logo da Constituinte escolhido pelo IAB, - Projeto 99.

seminários e encontros

A campanha pela constituinte se organizava tanto pelas entidades como por fora delas. São registrados na Projeto os seminários de diversos grupos, também discutindo a constituinte, em todo o decorrer da luta pela nova constituição. São exemplos o 76º COSU e o 2ª SEDUR, já mencionados, mas também o 12º Encontro Nacional dos Sindicatos de Arquitetos) - ENSA e o Seminário “A Cidade na Constituinte”¹¹⁷, organizado pelo Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NERU), que reuniu não só representantes da academia, mas pessoas ligadas a partidos políticos e profissionais de órgãos públicos. Deles participavam nomes carimbados como Flávio Villaça¹¹⁸, Emir Sader¹¹⁹ e Fernando Henrique Cardoso¹²⁰. A discussão aqui passa tanto pela reorganização da máquina pública, a redistribuição das atribuições nas esferas do poder (legislativo, executivo e judiciário) e nos níveis de poder (Federal, Estadual e Municipal) como pela questão do acesso à terra, da

¹¹⁶Arquitetos divulgam o símbolo da Constituinte. **Projeto**, São Paulo, v. 99, p. 113, maio de 1986

¹¹⁷Seminário debate a questão urbana e a constituinte. **Projeto**, São Paulo, v. 94, p. 123-124, dezembro de 1986

¹¹⁸ Flávio Villaça, arquiteto e urbanista, foi autor de diversos livros, relacionando criticamente as teorias do planejamento urbano e sua produção socioespacial como, por exemplo, “O que todo cidadão precisa saber sobre habitação?” de 1986.

¹¹⁹ Emir Sader, cientista político e professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) é especialista em políticas públicas e filiado ao PT.

¹²⁰ Na época, líder do PMDB no Senado e posteriormente eleito presidente, em 1994 e reeleito em 1998.

reforma urbana e em especial às regiões metropolitanas, ponto chave em um país em urbanização crescente.



Figura 31 - os seminários documentados na Projeto

76º COSU

Esses esforços culminariam enfim na 76ª Reunião do Conselho Superior do IAB (COSU), em abril de 1987, onde em conjunto com a FNA e a ABEA, os arquitetos confeccionaram o documento chave usado para apresentar e defender a pauta à Subcomissão da Questão Urbana e Transportes. Através de um aprofundado relato, com falas dos dirigentes das três entidades, o material publicado na revista com o título “Arquitetos se unem e chegam mais fortes à Constituinte” inclui não só a descrição dos tópicos discutidos, mas também reproduz na íntegra, dentro da publicação, a proposta dos artigos constitucionais levados à subcomissão.

Presidida pelo arquiteto Dirceu Carneiro, ex-prefeito de Lages-SC, a reunião do COSU serve de marco, sinalizando um processo de contribuição entre as entidades dos arquitetos que se estenderia por vários anos. O processo de constituição federal seria concluído em 1988, contudo em seguida, seria replicado - ao menos em método - nos estados e depois nos municípios, agora unidades autônomas, antes federativos, parte desta nova estrutura. Apesar disso, em relato do ex-presidente do IAB, Miguel Alves Pereira, fica clara a avaliação da fragilidade da situação do documento do IAB:

“Diria que nossa entidade está aquém deste momento político brasileiro, o qual constitui o maior desafio à existência de instituições do gênero”¹²¹

Por outro lado, todo o contexto do 76º COSU já sugere um amadurecimento das entidades, na organização interna e na comunicação e diálogo entre as mesmas. Um exemplo é a descentralização das pautas, agilizando o processo de discussão, levando ao encontro documentos mais elaborados e aprofundados, resultantes em parte do XII Congresso do IAB, possibilitando a disseminação da discussão de forma mais generalizada. A própria presença das outras entidades na reunião já denota o amadurecimento que o momento político demanda, e não à toa é mencionada pelas direções.

“A análise dos documentos do IAB e da FNA e as discussões para junção das propostas das duas entidades em documento único são indicações nítidas desse empenho. É exemplo do amadurecimento das relações entre nossas entidades” (Newton Burmeister, presidente da FNA sobre o COSU)¹²²

O documento enviado aos constituintes é curto, mas contém pautas complexas e pontos chave da discussão da questão urbana e rural. São dez artigos, cada qual se apropriando de uma das pautas até então discutidas em todo este processo.

A proposta, como é interpretada na revista, apresenta três objetivos principais: apontar caminhos e realizar avanços no sentido da reforma urbana, construir um espaço para a expressão do poder local com base na garantia da autonomia municipal e garantir a gestão democrática das cidades, através de instrumentos que permitam a participação popular.

Dentre os artigos e incisos propostos, já aparecem os conceitos da moradia como direito básico, do uso social da terra urbana, do direito de preempção, do planejamento participativo, do usucapião (na proposta possível a partir de três anos, ao invés dos cinco aprovados na Constituição de 1988¹²³) e até do imposto progressivo

Alguns destes tópicos seriam registrados logo em seguida na Constituição de 1988, e outros só se oficializaram a nível nacional com a regulamentação dos Artigos 182 e 183 da Constituição, em 2001, com a publicação do Estatuto da Cidade¹²⁴

¹²¹ OLIVEIRA, Nildo Carlos. Arquitetos se unem e chegam mais fortes à Constituinte. **Projeto**, São Paulo, v. 99, p. 122, maio de 1987.

¹²² Ibidem

¹²³ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01 julho de 2023.

¹²⁴ BRASIL. **(Estatuto da Cidade) Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**: Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em 01 julho de 2023.

O documento do IAB, FNA e ABEA

O IAB, FNA e ABEA, ao encaminharem o documento produzido na 76.ª Reunião do Conselho Superior do IAB à Subcomissão da Questão Urbana e Transportes, enfatizam que a população quer e espera, para o Brasil, uma Constituição transformadora da realidade social vigente, capaz de assegurar justiça e igualdade social para todos, bem como os direitos plenos a uma vida digna, à liberdade e à participação na decisão dos rumos da sociedade.

Os arquitetos chamam a atenção para três pontos prioritários em suas preocupações: apontar caminhos e realizar avanços no sentido de uma reforma urbana que objetive uma melhoria de qualidade de vida para a sociedade brasileira; construir um espaço de ação específica e privilegiado para expressão do poder local, resgatando a autonomia municipal e as garantias políticas e materiais de sua manutenção; e criar mecanismos efetivos de participação popular nas decisões de interesse público, com vistas a garantir uma gestão democrática de nossas cidades.

O documento, em forma de artigos - a serem depois numerados -, encaminhado

especificamente à Subcomissão da Questão Urbana e Transportes, presidida por Dirceu Carneiro, é o seguinte:

Art. ... Que o uso social das terras urbanas prevaleça sobre o direito de propriedade.

Art. ... Todos têm direito para si e para sua família a uma habitação digna, de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

§ 1.º. Os poderes públicos promoverão as condições necessárias e estabelecerão as normas pertinentes para tornar efetivo este direito de acordo com o interesse social.

Art. ... As desapropriações de terras urbanas, para fins sociais, estipuladas no máximo pelo seu valor cadastral, serão pagas com títulos da dívida pública, resgatáveis no prazo de vinte anos, sem agregar no seu preço a valorização decorrente dos investimentos públicos na área, sendo obrigatória a explicitação prévia do uso ao qual se destina. Quando se tratar de moradias, as desapropriações serão pagas em dinheiro.

Art. ... Formação e gestão de estoques de terra urbana pelo poder público para fins habitacionais e/ou desenvolvimento urbano, através de política democraticamente definida.

Art. ... Fica garantido ao município o direito de preferência na aquisição de imóveis urbanos, objeto de alienação onerosa entre partes.

Art. ... Na definição de políticas urbanas, na elaboração de planos urbanísticos e nas proposições de orçamento-programas correspondentes ou a um programa de porte significativo feito pela iniciativa privada, deverá participar a população através de suas entidades representativas.

§ 1.º. É reconhecida a um conjunto de cidadãos, que represente 5% do eleitorado local, a iniciativa legislativa urbana.

§ 2.º. É assegurado a um conjunto de cidadãos, que represente 5% do eleitorado local, suspender, através de veto popular, a promulgação de um projeto de lei considerado contrário aos interesses da sociedade. O projeto em tramitação será nesse caso submetido a referendo popular.

Art. ... Qualquer cidadão ou grupo de cidadãos que, não sendo proprietário urbano, detiver a posse não contestada por três anos de área urbana contínua, utilizando-a para moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, independente de justo título e boa fé.

§ 1.º. O decreto de usucapião não será reconhecido ao mesmo possuidor por mais de uma vez.

§ 2.º. A limitação de área física máxima de cada posse será definida pelo município.

Art. ... Aplicar-se-á imposto territorial progressivo a todo e qualquer lote em gleba urbana para permitir o desenvolvimento urbano de acordo com o interesse social, evitando o seu uso especulativo.

Art. ... Incidirá sobre qualquer transação imobiliária urbana, além de outros impostos urbanos, o imposto municipal sobre a valorização imobiliária.

Art. ... Fica assegurado o amplo direito de intervenção relativo a plano de estruturação urbana, processos de parcelamento de solo, edificações, transformações de uso, licenciamento de estabelecimentos comerciais, indústria e serviços, inclusive pela exposição pública, desde a sua formulação até a sua implantação.

Justificativa: A cidade é um bem social e não deve ser apropriada por interesses individuais. A atualização do instrumento jurídico e urbanístico para habilitar os prefeitos e demais administradores urbanos e da sociedade civil para a ordenação da expansão dos núcleos urbanos, no controle e preservação do meio ambiente, na contenção da excessiva especulação urbana, adequação dos investimentos urbanos aos objetivos do desenvolvimento urbano e adequação fiscal. Faz-se necessária, também, a busca de um maior equilíbrio nas cidades, promovendo uma distribuição nacional das forças produtivas no território e a distribuição dos equipamentos.

Figura 32 - o documento dos arquitetos enviado à Subcomissão da Constituinte. - Projeto 99

limitações dos arquitetos, limitações de todos

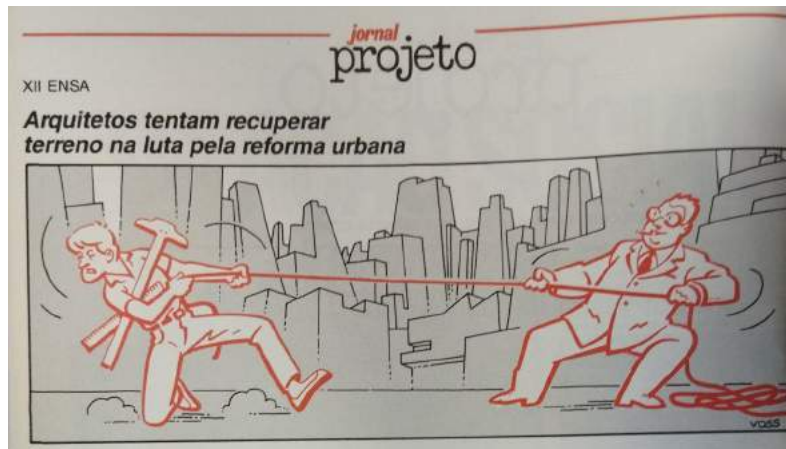


Figura 33 - Projeto 101 - julho de 1987

A partir dos trâmites realizados na aprovação do anteprojeto da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, fica evidente que nenhuma das propostas enviadas pela categoria havia sido aprovada ¹²⁵. O mesmo tratamento havia sido dado às propostas enviadas pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana - MNRU, lançado em 5 de maio de 1987 ¹²⁶. O grupo já se apoiava nas históricas lutas por moradia e sua posição naquele ano era de aglutinação de diversos setores populares, apoiadores da Reforma Urbana.

Apesar da situação crítica, em análise de conjuntura realizada no XII Encontro Nacional dos Sindicatos dos Arquitetos — ENSA, reconhecia-se, simultaneamente, duas oportunidades. Primeiro, um novo espaço para intervenção, baseada em apoiadores isolados dentro da Subcomissão, passíveis de sensibilização, permitindo a defesa e inclusão das pautas no momento seguinte, das emendas constitucionais. Se reconhecia também um aprofundamento do debate e divulgação sobre a Reforma Urbana e a potencialidade do documento unificado, de Emenda Popular como pauta aglutinadora de intervenção, culminando no I Encontro Nacional pela Reforma Urbana - ENRU, previsto para 11 de agosto de 1987, um dia antes da data oficial para entrega das emendas populares aos constituintes.

A partir disto, a proposta era de aproximação com o MNRU, prevendo a articulação da FNA dentro da frente, com propostas de intervenção, manifestações

¹²⁵ XII ENSA analisa a questão urbana na constituinte e mostra como encaminhar a luta. **Projeto**, São Paulo, v. 102, p. 56, agosto de 1987.

¹²⁶ BONDUKI, 2018 apud KOURY, Ana Paula; OLIVEIRA, Bruno Santana de. A democracia e a questão urbana na constituinte brasileira (1987-1988). **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S.L.], v. 13, p. 1-16, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/Xq4nr3SCWmXY4KhmYNHZTJD/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

populares e ampliação do debate, já prevendo o passo subsequente das Constituintes Estaduais.

“nenhuma das propostas do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, integrada por quase uma centena de moradores e categorias profissionais, foi incorporada ao anteprojeto, revelando que não foi ouvido o anseio popular por transformações na forma como as cidades brasileiras são produzidas, geradas e apropriadas”¹²⁷

A intervenção na assembleia

A proposta é portanto encaminhada ao Congresso, no dia 12 de agosto de 1987, após a realização do ENRU. Com dezenas de milhares de assinaturas, a proposta, de iniciativa popular, acabou gerando um documento mais longo que o proposto pelos arquitetos dentro do MNRU, incorporando temas não constitucionais, e ganhando assim o apoio de diversos personagens que se sentiram representados pela proposta¹²⁸. O tópico é rediscutido por Nabil Bonduki, compreendendo que “a emenda não apresentou grandes inovações em relação aos instrumentos urbanísticos da Reforma Urbana presentes no Projeto de Lei 775 de 1983, mas avançou na representação popular incluindo as reivindicações dos movimentos sociais urbanos e a gestão democrática das cidades”^{129 p. 3}.

Reconhece-se também as limitações da pauta, evidenciada pela “falta de empenho dos parlamentares progressistas”¹³⁰ e o papel do arquiteto como articulador desta pauta, atuando em todas as frentes para trazer a relevância da questão e trazer aliados para a luta.

Em novembro do mesmo ano aconteceria a defesa da Emenda Popular, por Ermínia Maricato¹³¹, em reunião do Plenário da Assembleia^{132 p.3}, solidificando parte da luta histórica pela Reforma Urbana na Constituição Federal, em especial nos artigos 182 e 183. O direito à moradia só seria incluído no texto base da Constituição através de emenda no ano 2000.

¹²⁷ XII ENSA analisa a questão urbana na constituinte e mostra como encaminhar a luta. **Projeto**, São Paulo, v. 102, p. 56, agosto de 1987.

¹²⁸ BONDUKI, Nabil. Os arquitetos e a reforma urbana. **Projeto**, São Paulo, v. 103, p. 91, setembro de 1987

¹²⁹ BONDUKI, 2018 apud KOURY, Ana Paula; OLIVEIRA, Bruno Santana de. A democracia e a questão urbana na constituinte brasileira (1987-1988). **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S.L.], v. 13, p. 1-16, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/Xq4nr3SCWmXY4KhmYNHZTJJD/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

¹³⁰ BONDUKI, Nabil. Os arquitetos ea reforma urbana. **Projeto**, São Paulo, v. 103, p. 91, setembro de 1987

¹³¹ Ermínia Maricato, arquiteta e professora da FAU/USP, foi eleita pelo MNRU como representante para a defesa da emenda popular sobre a Reforma Urbana na Assembleia Constituinte, em 1987, e ocupa o cargo de Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo, de 1989 a 1992.

¹³² KOURY, Ana Paula; OLIVEIRA, Bruno Santana de. A democracia e a questão urbana na constituinte brasileira (1987-1988). **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S.L.], v. 13, p. 1-16, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/Xq4nr3SCWmXY4KhmYNHZTJJD/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

O processo que se estende até a aprovação do documento em outubro de 1988 passa a um novo momento dentro da revista e do Brasil. A luta por direitos agora se coloca cada vez mais por dentro do Congresso e do Senado, e a discussão se volta ao processo legislativo, até sua votação. Visto a incapacidade de se alterar a proposta saída da Comissão de Sistematização, o grupo conservador dentro da Constituição, insatisfeito com o texto sendo produzido, realiza manobra para alteração do regimento ¹³³, criando assim uma segunda proposta de Constituição, o Projeto de Constituição (B), votado no 2º turno pela Assembleia Constituinte ¹³⁴.

Com a votação do texto, Maurício Nogueira Batista, arquiteto e coordenador de política e legislação urbana no Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, avalia o saldo do processo ¹³⁵. O primeiro ponto é o ineditismo da presença da questão urbana e do desenvolvimento urbano dentro de uma Constituição no Brasil. Da mesma forma, a atribuição de legislar sobre tal compete à União, segundo o texto em votação. A principal atribuição dada aos municípios é a de planejar o solo urbano, com os planos diretores, obrigatórios a cidades com mais de vinte mil habitantes. Essa tarefa, contudo, não se aplica ao espaço rural sendo uma limitação, segundo o autor.

Para além do município, outra questão levantada é o planejamento regional, contraditório em um contexto onde o planejamento urbano se desenha cada vez mais, limitado dentro dos municípios. Reforça então a necessidade de que a esfera estadual seja responsável pela delimitação destas áreas, obrigando assim o planejamento, execução e organização integrados.

Mauro Ferreira, diretor do sindicato dos arquitetos do Estado de São Paulo, identifica também a importância da inclusão de dispositivo de intervenção nas câmaras municipais, através de projeto de lei com apoio de cinco por cento do eleitorado.

“Ainda que tais dispositivos não signifiquem de fato a melhoria da qualidade da vida urbana, podem ser utilizados para tal”

Em um esforço mais concentrado, a FNA publica documento aos Constituintes, reproduzido na íntegra dentro da Projeto ¹³⁶, onde descreve a gravidade da situação urbana

¹³³ BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. 25 anos da Constituição de 1988 **Momentos marcantes da Constituinte**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/momentos-marcantes-da-constituente>. Acesso em: 1 jul. 2023.

¹³⁴ BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Fase T - Projeto de Constituição (B): fim do 1º, início do 2º turno. fim do 1º, início do 2º Turno**. Portal da Constituição Cidadã. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/plenario/projeto-de-constituicao-b-fim-do-1o-inicio-do-2o. Acesso em: 1 jul. 2023.

¹³⁵ BATISTA, Maurício Nogueira. O território e o urbano na construção. **Projeto**, São Paulo, v. 114, p. 144, setembro de 1988

¹³⁶ Documento da FNA aos Constituintes. **Projeto**, São Paulo, v. 110, p. 147, maio de 1988.

no Brasil, como a taxa de crescimento populacional, de 3 milhões de habitantes ao ano, a grande concentração urbana após o deslocamento populacional desde a década de 1940, caracterizando três quartos da população já estabelecida em área urbana na década de 1980, espalhadas em 90 núcleos urbanos, sendo que 70% desses habitantes, se encontram em regiões metropolitanas. Assim, a partir desse quadro, a Federação defende as emendas populares enviadas aos Constituintes, em especial as que discutem novas formas de organização fundiária.

A aprovação da constituição

Promulgada em 5 de outubro de 1988, com 250 artigos, a Constituição da República Federativa do Brasil é documento simbólico de um longo processo de reorganização política e social que ocorria no país. Teriam sido realizadas, por exemplo, quase duzentas audiências públicas pelas subcomissões temáticas¹³⁷ p. 187 e analisadas 39 mil emendas¹³⁸. O anteprojeto entregue inicialmente pelo relator contava com 501 artigos, e após processo de apresentação e aprovação de emendas, é entregue o projeto final à Presidência da Assembleia, com 335 artigos, em 24 de novembro de 1987. O tempo até sua votação em setembro de 1988 corresponde ao longo processo de disputa dentro do Congresso pelas alterações regimentais e os turnos de votação.

¹³⁷ BACKES, Ana Luiza; AZEVEDO, Débora Bithiah de. **A sociedade no Parlamento**: imagens da assembleia nacional constituinte de 1987/1988. Brasília: Centro de Documentação e Informação - Edições Câmara, 2008. 233 p. Projeto “20 anos da Constituição Cidadã”. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1506>. Acesso em: 01 jul. 2023.

¹³⁸ BRASIL. Congresso Nacional. Discurso do Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães intitulado “A Constituição Cidadã”. Ata da 307ª Sessão, em 27 de julho de 1988. **Diário da Assembleia Nacional Constituinte**, Brasília, ano 2, nº 282, 28 de julho de 1988, p. 12.150-12.151. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/282anc28jul1988.pdf#page=>. Acesso em: fev. 2013.

“A participação foi também pela presença, pois diariamente cerca de 10 mil postulantes franquearam livremente as 11 entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento à procura dos gabinetes, comissões, galeria e salões.

Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiras, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar.”¹³⁹

O texto aprovado na Constituição é tema de diversas avaliações, medindo os benefícios e limitações da proposta. Como saldo positivo desta experiência, são reconhecidos em especial a inclusão do transporte público como parte das diretrizes do desenvolvimento urbano, a serem definidas pela União e a obrigatoriedade do plano diretor¹⁴⁰.

As constituintes estaduais e municipais

A partir da promulgação, a nova Constituição Federal abre espaço para um novo momento do debate urbano: as constituintes estaduais e municipais. A inclusão das municipalidades como entes federados e a atribuição do planejamento urbano à esfera municipal, inauguravam mais uma camada de disputa na construção das cidades.

Em entrevista com Raquel Rolnik¹⁴¹, são debatidos os tópicos chave da discussão que se pretende às Constituintes Estaduais: a autonomia dos municípios e as regiões metropolitanas. O primeiro abre espaço para a luta pela reforma urbana nas esferas locais, e o segundo garante a discussão de um tema sensível em um contexto de crise urbana.

Rolnik também indica que os processos de Constituintes Estaduais serão processos longos, durando cerca de um ano, e o grande acúmulo da luta pela reforma urbana, apesar de ter se traduzido em pequenas frações para o texto da Constituição Federal, servirá de apoio para a discussão nas esferas estaduais e locais. A mesma limitação reconhecida por Nabil Bonduki antes da votação, é reforçada pela autora: a ausência de documento nacional que melhor caracterize as diretrizes de desenvolvimento urbano aumenta a importância de sua caracterização dentro das Constituintes Estaduais.

¹³⁹ BRASIL. Rádio Câmara. Câmara dos Deputados. **Íntegra do discurso do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães (10' 23")**. 2006. Redação: Eduardo Tramarim. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembleia-nacion>. Acesso em: 10 maio 2023.

¹⁴⁰ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01 julho de 2023.

¹⁴¹ Regiões Metropolitanas, um grande tema da constituinte estadual. **Projeto**, São Paulo, v. 115, maio de 1988

Simultaneamente, o IAB reconhece este novo momento, por ocasião da visita da presidência da entidade ao Congresso. Nildo Carlos Oliveira, na sua coluna Atos e Fatos¹⁴², reforça a posição engessada do Congresso quanto à questão urbana. A comissão responsável pelo desenvolvimento da política nacional, começa o trabalho do zero, ignorando o acúmulo do processo constituinte.

“exige modernizações, mas rejeita reformas, quer minimizar os efeitos da favelização, mas não cria condições para que a baixa renda possa morar, quer se atualizar, mas se apóia no passado e no conservadorismo. E quer, lembrando a frase de Ulysses Guimarães, ter o cheiro do amanhã, mas continua mofando”¹⁴³

Em outro artigo sobre a mesma visita do IAB, Oliveira discute mais profundamente o documento enviado ao Congresso, e descreve os pontos levantados: o descaso com a questão urbana, a necessidade de legislação nacional que estabeleça os mecanismos para a gestão urbana, de acordo com o artigo 182 da Constituição e a necessidade de incluir a democracia na confecção dos novos planos diretores.

Esta falta de regulamentação à nível nacional sobre a questão urbana é agravada, segundo Oliveira, pelo desmantelamento dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento e planejamento urbano¹⁴⁴. Os diversos órgãos, como o Banco Nacional da Habitação - BNH (até 1986), o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFAU (até 1966), a Comissão Nacional para as Regiões Metropolitanas e Política Urbana (dissolvida em 1976 e vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República) e o Conselho Nacional do Desenvolvimento Urbano - CNDU foram todos destruídos em diversos momentos¹⁴⁵ aumentando o desamparo dos estados e municípios.

Apesar das dificuldades, algumas localidades conseguem apresentar avanços na questão urbana, através das constituintes estaduais, como seria o caso do Rio de Janeiro, incorporando quase 90% da emenda popular pela reforma urbana no texto da sua Constituição¹⁴⁶.

¹⁴² OLIVEIRA, Nildo Carlos. As lições que ficaram da visita ao congresso. **Projeto**, São Paulo, v. 120, p. 24, abril de 1989.

¹⁴³ Nildo Carlos Oliveira está aqui fazendo uma piada com o discurso proferido pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, às vésperas da votação do segundo turno da Assembleia, quando diz “Esta Constituição terá cheiro de amanhã, não de mofo” (BRASIL. Congresso Nacional. Discurso do Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães intitulado “A Constituição Cidadã”. Ata da 307ª Sessão, em 27 de julho de 1988. **Diário da Assembleia Nacional Constituinte**, Brasília, ano 2, nº 282, 28 de julho de 1988, p. 12.150-12.151. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/282anc28jul1988.pdf#page=>. Acesso em: fev. 2013.)

¹⁴⁴ OLIVEIRA, Nildo Carlos. Incompetência do governo desmantelou o CNDU. **Projeto**, São Paulo, v. 122, p. 12, junho de 1989.

¹⁴⁵ OLIVEIRA, Nildo Carlos. No senado, uma saída para o desenho urbano. **Projeto**, São Paulo, v. 125, p. 148, setembro de 1989.

¹⁴⁶ No rio, nova constituição avança na área urbana. **Projeto**, São Paulo, v. 128, p. 131, dezembro de 1989/janeiro de 1990.

plano diretor e planejamento regional

Espelhando a questão da Constituinte, o debate sobre os planos diretores e o planejamento regional não se resume aos artigos jornalísticos e boletins políticos das entidades. São publicados também artigos teóricos sobre as questões, alimentado a partir do debate acadêmico sobre os temas.

Luiz Carlos Costa¹⁴⁷ debate a questão do plano diretor em detalhe, em dois artigos publicados na Projeto Nº 128. Primeiro em “Plano diretor, ideias e cuidados”¹⁴⁸, o arquiteto trata do conceito de plano diretor como instrumento do planejamento urbano, sua função, suas características e peculiaridades. Seria uma tentativa de repensar os paradigmas do planejamento urbano.

“com o plano diretor, as transformações na estrutura urbana deixarão de resultar de um processo histórico “espontâneo” e passarão a ser produto de transformações assumidas deliberadamente pela sociedade, obtidas por meio de estratégia democraticamente instituída”

A seguir, em “O perfil do plano diretor na lei orgânica do município”¹⁴⁹, baseado em sua experiência na Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, o autor discute o plano diretor a partir de uma mirada pragmática, elencando diretrizes para a sua confecção, face ao desafio da cidade contemporânea. Seria um “referencial válido para o legista”, dando subsídios para a criação da lei orgânica do município, discutindo a estrutura urbana, o processo de produção e uso do espaço urbano e o processo de planejamento.

Em entrevista¹⁵⁰ Paul Singer, Secretário de Planejamento de São Paulo, indica as demandas para o processo de democratização do planejamento, como processo de negociação. Caracteriza o lugar do poder público como “administrador da escassez, obrigados a se responsabilizar por decisões que deixam parte das demandas e necessidades insatisfeitas” A memória do autoritarismo geraria então um contexto de covardia do lado governamental, e de desinteresse, pelo lado da população.

Simultaneamente, são registrados eventos acadêmicos, que debatem o tema entre os profissionais e sugerem propostas, reavaliando a situação urbana e continuando o processo de acúmulo para as propostas das emendas estaduais e municipais. Seria o caso por

¹⁴⁷ Professor de planejamento da FAU/USP e da PUC SP, consultor em planejamento urbano e assessor técnico da Secretaria de Planejamento de São Paulo

¹⁴⁸ COSTA, Luiz Carlos. Plano diretor, ideias e cuidados. **Projeto**, São Paulo, v. 128, p. 110-114, dezembro de 1989/janeiro de 1990.

¹⁴⁹ COSTA, Luiz Carlos. O perfil do plano diretor na lei orgânica do município. **Projeto**, São Paulo, v. 128, p. 136-137, dezembro de 1989/janeiro de 1990.

¹⁵⁰ PINTO, Vanda F. Planejamento urbano e democracia. **Projeto**, São Paulo, v. 126, p. 151, outubro de 1989.

exemplo do Seminário “ Reforma Urbana e a Constituinte: Avaliações e Perspectivas” realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP - FAU/USP e promovido pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional — ANPUR¹⁵¹. O mesmo ocorre no simpósio “Organização do Território na Nova Constituição”, organizado pelo grupo de estudos urbanos do Instituto de Estudos Avançados - IEA, coordenado por Nestor Goulart Reis.

As entidades também fazem coro à importância das constituintes estaduais e municipais, desde os relatos isolados¹⁵², como o do diretor do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo - SASP, Mauro Ferreira, passando até pela reunião do Conselho Superior do IAB, que emite recomendações para a elaboração dos planos diretores¹⁵³, e pelo Congresso dos Arquitetos de São Paulo, organizada pelo IAB-SP¹⁵⁴, onde se avaliou a iminência da aprovação das leis orgânicas e a atuação dos arquitetos nos planos diretores. A importância do plano diretor como ferramenta é lembrada também em Encontro Nacional dos Sindicatos dos Arquitetos¹⁵⁵, lembrando que dentre as várias funções do plano diretor, uma das mais importantes é a de definir a função do solo urbano, visto a ausência de lei federal.

Dentre os diversos aspectos levantados neste momento, são identificadas, nos planos diretores, a revalorização do planejamento urbano e um momento de oportunidade¹⁵⁶. A possibilidade de uma distribuição de renda mais justa, baseada em um consenso social¹⁵⁷ e por fim, se caracteriza este ambiente propício para a inovação, podendo abrigar as especificidades de cada município¹⁵⁸.

Os desdobramentos da Redemocratização

A consolidação da legislação federal sobre a questão urbana permeia o debate das constituintes estaduais e municipais, visto seu lugar como documento que oficializaria os diversos instrumentos da luta urbana, idealizados pelo MNRU, nesse momento já

¹⁵¹ Entidades organizam debates sobre as questões urbanas. **Projeto**, São Paulo, v. 117, p. 150, dezembro de 1988/janeiro de 1989.

¹⁵² PINTO, Vanda F. Planejamento urbano e democracia. **Projeto**, São Paulo, v. 126, p. 151, outubro de 1989.

¹⁵³ IAB quer participação do povo no plano diretor. **Projeto**, São Paulo, v. 123, p. 140, julho de 1989.

¹⁵⁴ Arquitetos se organizam para atuar nos planos diretores. **Projeto**, São Paulo, v. 127, p. 141, novembro de 1989.

¹⁵⁵ ENSA vê plano diretor como instrumento de planejamento. **Projeto**, São Paulo, v. 126, p. 148, outubro de 1989.

¹⁵⁶ FERNANDES, Almir. Planos Diretores em um novo contexto constitucional. **Projeto**, São Paulo, v. 117, p. 160, dezembro de 1988/janeiro de 1989.

¹⁵⁷ PINTO, Vanda F. Planejamento urbano e democracia. **Projeto**, São Paulo, v. 126, p. 151, outubro de 1989.

¹⁵⁸ Leis orgânicas trazem democracia para as cidades. **Projeto**, São Paulo, v. 128, p. 127, dezembro de 1989/janeiro de 1990.

renomeado como Frente Nacional pela Reforma Urbana — FNRU, visto a mudança do momento político.

Essa necessidade é levantada por diversos autores, como Cândido Malta Campos Filho¹⁵⁹ e até pelo próprio Nildo Carlos Oliveira, editor executivo da Projeto, em artigo¹⁶⁰. A melhor definição destes instrumentos fazia parte da luta do MNRU desde sua proposta de emenda popular à Constituição Federal, e já era uma preocupação expressada por Ermínia Maricato em entrevista à Projeto em outubro de 1987¹⁶¹. Ela via o papel do MNRU no combate das forças conservadoras dentro do legislativo.

Figura 34 - Pompeu de Souza - Projeto 127



Dentre os 16 projetos de lei registrados para a regulamentação do capítulo sobre a Política Urbana da Constituição, após 1988, foram identificados diversos alinhamentos políticos com maior ou menor progresso na aplicação da política urbana proposta pela FNRU¹⁶². Dentre eles, Oliveira já chamava a atenção em seu artigo, de setembro de 1989 (dois anos depois da avaliação de Maricato), sobre o Projeto de Lei 181 no Senado Federal, sob autoria de Pompeu de Souza, senador do PMDB, já batizado de Estatuto da Cidade:

“É mais uma tentativa, entre outras, de resgatar os valores urbanos e da cidadania e mostrar ser imprescindível e urgente a prática da política de desenvolvimento urbano referida no artigo 182 da Constituição em vigor”¹⁶³

Enquanto isso, as entidades profissionais se organizam e articulam, entre 31 de outubro e 1º de novembro de 1989, o 1º Encontro Nacional das Entidades Nacionais dos Arquitetos, ocorrido na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis — SC. O objetivo seria organizar o 1º Congresso das Entidades dos Arquitetos, previsto para o ano seguinte. As pautas levantadas seriam, para além da política urbana e a organização do congresso, a política habitacional (em crise, com o desmantelamento dos órgãos responsáveis), a remuneração profissional, a legislação do direito autoral, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a avaliação do ensino de arquitetura¹⁶⁴.

¹⁵⁹ Constituinte Estadual debate questões urbanas. **Projeto**, São Paulo, v. 122, p. 198, junho de 1989.

¹⁶⁰ OLIVEIRA, Nildo Carlos. No senado, uma saída para o desenho urbano. **Projeto**, São Paulo, v. 125, p. 148, setembro de 1989.

¹⁶¹ Especulação com terras urbanas impede política habitacional. **Projeto**, São Paulo, v. 104, p. 49, outubro de 1987.

¹⁶² AVRITZER, Leonardo. O Estatuto da Cidade e a democratização das políticas urbanas no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 91, p. 205-221, 1 dez. 2010. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.4491>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/4491>. Acesso em: 05 jul. 2023.

¹⁶³ OLIVEIRA, Nildo Carlos. No senado, uma saída para o desenho urbano. **Projeto**, São Paulo, v. 125, p. 148, setembro de 1989.

¹⁶⁴ Entidades dos arquitetos têm documento unificado. **Projeto**, São Paulo, v. 126, p. 150, outubro de 1989.

A partir deste encontro em Florianópolis, que contaria com a presença dos Senadores Pompeu de Souza¹⁶⁵ e Dirceu Carneiro¹⁶⁶, relator do PL 181, foi publicada a Carta de Florianópolis, documento unificado das entidades profissionais, como “Manifesto dos Arquitetos à População Brasileira”. Assinado pelos presidentes das três entidades¹⁶⁷, o documento levantava a importância do momento político, com a aproximação das primeiras eleições presidenciais diretas desde 1960 (que havia eleito Jânio Quadros, quase 30 anos antes)¹⁶⁸.

Na semana seguinte, em 6 de novembro de 1989, Pompeu de Souza, em discurso em sessão do Senado Federal, reproduz na íntegra o documento escrito pelos Arquitetos. O documento, usado pelo Senador para a defesa da importância do Estatuto da Cidade, levantava as diversas questões latentes do momento político, com atenção especial às cidades:

Figura 35 - Carta de Florianópolis, registrada no Diário do Congresso Nacional em novembro de 1989.

“na defesa de uma Reforma Urbana que promova o acesso pela população à moradia e aos equipamentos sociais e que encare a elaboração das leis orgânicas municipais e os Planos Diretores como instrumentos desta Reforma(...)”¹⁶⁹

Dentre os projetos de lei relativos ao capítulo da Política Urbana, a proposta de Pompeu de Souza não seria a proposta apoiada inicialmente pela FNRU¹⁷⁰. Contudo, as limitações da aproximação da frente com o Partido dos Trabalhadores — PT, acabou incentivando uma estratégia suprapartidária por parte da frente. Apesar de não ser considerado membro da esquerda dentro do Congresso, o PL 181 já incluía alguns pontos defendidos pela FNRU, porém se mostrava aquém das pretensões do campo

¹⁶⁵ Pompeu de Souza, jornalista e Senador, tinha fortes laços com a Editora Abril.

¹⁶⁶ Arquiteto e ex-prefeito de Lages, e ex-deputado por Santa Catarina, Dirceu Carneiro era Senador em e já estava na época filiado ao recém criado PSDB, mas tinha construído carreira política dentro do MDB e posteriormente PMDB.

¹⁶⁷ Miguel Pereira pelo IAB/DN, Valeska Peres Pinto pela FNA e Maria Elisa Canedo pela ABEA.

¹⁶⁸ Carta de Florianópolis, o alerta aos arquitetos. **Projeto**, São Paulo, v. 128, p. 127, dezembro de 1989/janeiro de 1990.

¹⁶⁹ BRASIL. Congresso Nacional. Discurso do Senador Pompeu de Souza - Divulgação da “Carta de Florianópolis”, documento conclusivo do 1 Encontro de Entidades de Arquitetos, realizado em Santa Catarina. 170ª Sessão, em 6 de novembro de 1989. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, ano 44, nº 153, 7 de novembro 1989, p. 6.664-6.665. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/5838?sequencia=1>. Acesso em: fev. 2

¹⁷⁰ A frente ia apoiar o PL apresentado pela deputada Lourdinha Sauvignon, do PT-ES, em aliança com PCdoB e outros setores da esquerda progressista.

“CARTA DE FLORIANÓPOLIS Manifesto dos Arquitetos à População Brasileira

As entidades Nacionais dos Arquitetos — IAB — Instituto de Arquitetos do Brasil, FNA — Federação Nacional dos Arquitetos e ABEA — Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura, reunidas no 1º Encontro de Entidades Nacionais dos Arquitetos em Florianópolis/SC, nos dias 31 de outubro e 1º de novembro/89, vêm a público reiterar seus compromissos com a consolidação do processo de democratização da sociedade brasileira.

O povo brasileiro após 30 anos irá às urnas no dia 15 de novembro para eleger o Presidente da República, fato que representa, sem dúvida, um passo significativo neste processo. Os arquitetos estão presentes neste momento reafirmando seus anseios por um Governo que combata a concentração de renda e as desigualdades sociais e regionais, promova a valorização do trabalho contra a especulação e rompa com a política de espoliação a que o País está submetido pelos credores internacionais.

Porém as eleições presidenciais não esgotam este processo. O Congresso Nacional, fortalecido pela Nova Constituição, é e será o palco de definição da legislação complementar que em muito poderá afetar a vida de todos. Os arquitetos também estarão atuantes junto ao Congresso Nacional para impedir retrocessos e ampliar o espaço das conquistas que interessam à população.

Parte destas conquistas se fazem presentes na nova Constituição, que introduziu a participação popular como elemento constitutivo da democracia que está sendo consolidada, recaindo, portanto, maiores responsabilidades sobre as entidades da sociedade civil, comunitárias e sindicais.

As Entidades Nacionais dos Arquitetos, como uma das expressões da sociedade organizada, estão e estarão presentes na definição da futura Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, defendendo o caráter indissociável do ensino, pesquisa e extensão através da defesa do ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis; na luta pela Reforma Agrária que combata a concentração fundiária e o latifúndio improdutivo; na defesa de uma Reforma Urbana que promova o acesso pela população à moradia e aos equipamentos sociais e que encare a elaboração das leis orgânicas municipais e os Planos Diretores como instrumentos desta Reforma; na defesa de uma remuneração digna para o trabalho dos arquitetos e os demais trabalhadores, contribuindo assim para a distribuição da renda em nosso País, para que o trabalho se imponha à especulação financeira.

A afirmação da plena cidadania passa necessariamente pela permanente mobilização e organização da população. Para implementar as lutas já identificadas e outras que advirão, as Entidades Nacionais dos Arquitetos se comprometem a manter-se articuladas, alertas e mobilizadas no sentido da construção de uma sociedade justa e solidária.”

progressista, o que tornou o PL 181 extremamente polêmico, mantendo-se em suspenso visto as resistências tanto do campo conservador como no campo progressista.

O projeto só voltaria a tramitar em 1997, sofrendo com a gangorra das forças do Congresso, adquirindo novas características ou perdendo outras, com a elaboração dos pareceres das diversas comissões. A participação popular através de audiências públicas só seria verdadeiramente incorporada ao Estatuto a partir de Emenda ao projeto de lei e o Estatuto da Cidade seria enfim aprovado, sancionado como Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Desse processo, é interessante ver como diversos arquitetos participam tanto da discussão, como da confecção de diversos desses documentos que permeiam a questão da Política Urbana no Brasil antes e depois da Constituição, dentro e fora das prefeituras, do Congresso Nacional, congressos de entidades, seminários e outros espaços de intervenção. Pompeu de Souza, em seu discurso, de divulgação da Carta de Florianópolis e defesa do PL 181, caracteriza o lugar que o arquiteto se propõe:

“Sr. Presidente e Srs. Senadores, as entidades de arquitetos representam uma vanguarda nessa luta. Aliás, em todas as universidades - é um fenômeno curioso - os arquitetos que, teoricamente, nominalmente, deveriam planejar e projetar as obras monumentais e as Casas do Poder e dos poderosos, os arquitetos, desde a formação universitária são os quadros qualificados deste País que se distinguem por uma posição de vanguarda.

É realmente algo que me deixa animado, porque se verifica que, acima dos interesses próprios, pessoais, corporativos, eles colocam o interesse nacional. E o interesse nacional, neste momento, é vital para que todos estejamos unidos na luta pela consolidação desta frágil democracia que apenas começamos a implantar.”

o segundo declínio das publicações

A partir da década de 1990, já se caracteriza um terceiro momento na revista Projeto. Com a crise econômica que se agravava na década de 1990, a Projeto também mergulha em uma crise. Ao mesmo tempo, o país passa para um novo momento político, com a eleição direta de Fernando Collor de Mello e a aprovação das Constituintes Estaduais e Municipais, findando o momento mais denso do processo de redemocratização.

Wissenbach vende a revista para Arlindo Mungioli em 1993, jornalista e dono da Editora Arco, que inicialmente mantém a mesma equipe, colocando inclusive Hugo Segawa como editor chefe. A princípio, a publicação não sofre uma ruptura, considerando a manutenção da equipe. O que ocorre, contudo, é uma redução na agilidade, visto que Wissenbach leva, com a sua saída, uma rede extremamente ampla de contatos e conexões.

Com as dificuldades apresentadas por Mungioli para a compreensão das diferenças de uma publicação de arquitetura do jornalismo tradicional, aos poucos a revista vai se transformando, primeiro diminuindo o volume de páginas, depois mudando para o formato A4 (mais econômico), e por fim, com a saída de Hugo Segawa e Ruth Verde Zein, a revista mantém muito pouco do que mantinha na década anterior.

Era o fim da publicação idealizada por Wissenbach, agora se resumindo a discutir projetos no nível mais básico, sem qualquer vínculo com as entidades profissionais e com um projeto gráfico que priorizava a profusão de fotografias e a objetividade. Culminaria, enfim, na renomeação, para Projeto e Design, em 1995¹⁷¹.

¹⁷¹ SÁ, Flávia Carvalho de. **Profissão: Arquiteta**: formação profissional, mercado de trabalho e projeto arquitetônico na perspectiva das relações de gênero. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Usp, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-18012011-113711/publico/Flavia_Sa.pdf. Acesso em: 01 jul. 2023.

VI. “*não existe vazio na política*”, “*nem sabão é neutro*” e outras lições surradas.

Como fim de um processo de investigação e da análise do período da publicação da revista projeto na década de 1980 e de sua origem, em 1977, dentro do jornal O Arquiteto, principalmente no que diz respeito à questão basilar da redemocratização, lanço alguns pontos que se mostraram essenciais na discussão aqui empreendida, à guisa de conclusão.

redemocratização como pólvora

O primeiro ponto, já amplamente discutido neste trabalho, é a compreensão do processo de Redemocratização como catalisador de todos os debates políticos que se davam no Brasil no contexto do pós-ditadura. No caso da Revista Projeto, ficam evidenciadas as questões urbanas e habitacionais, que permeiam o diálogo disseminado pelas entidades, e pelos diversos atores participantes, direta ou indiretamente neste processo, especialmente ao longo dos anos 1980.

Com isso, fica sugerida a consolidação de um sentimento de esperança no período, que daria início a esta tentativa — documentada e desenvolvida em parte na Projeto — de retomada do país pelos diversos grupos populares, em resposta aos 21 anos de regime militar. Essa retomada vai se exemplificar também na compreensão da república e da questão política do Brasil como questão pertencente a todos. A *res publica* então se torna alvo de identificação e posse pelos mais diversos setores e agentes. O ponto mais importante dessa apropriação do Brasil nação como conceito e identidade pelo povo, é que ele se relaciona intimamente com o conceito de democracia.

Ora, se é na redemocratização que se baseia a transformação de um gigantesco país em crise, que democracia é essa a que a raiz do termo se refere?

As respostas são diversas e por vezes, dissonantes. Exemplo evidente disso é a luta travada durante todo o processo da Assembleia Nacional Constituinte e das disputas com os mais diversos setores, representados pelos sindicatos, entidades profissionais, conselhos, associações, partidos e figuras políticas, como os Senadores e Deputados que deram luz ao ao documento de letras miúdas mas conteúdo largo.

Com certeza, dentre tantos atores e grupos representados e representantes do período, uma simples revista comercial de arquitetura não é a protagonista da história. O

que este trabalho tenta construir, contudo, é a importância do debate, e conseqüentemente dos lugares onde ele ocorre. Para nós, do campo ampliado da Arquitetura e Urbanismo, este lugar foi, por um período curto porém riquíssimo, a Revista Projeto.

não existe vazio na política

Outro argumento para a importância da Revista Projeto durante a Redemocratização pode ser buscado em Sarlo, em “*Intelectuales y revistas: razones de una práctica*”: se existe o ímpeto de se publicar uma revista (por um intelectual), quer dizer que uma revista é *necesária*.

Essa necessidade é associada principalmente à lacuna que a publicação de livros não preenche. O tempo do livro é o futuro, onde quer ser reconhecido, e no caso da democracia no Brasil, ignorar o que é necessário no presente tem o potencial de nos trazer reflexos e marcas que se tornam para sempre presentes, como a história nos mostra em inúmeros momentos. Assim, as revistas se propunham a serem ouvidas na sua contemporaneidade. Poderíamos adicionar à afirmação de Sarlo que diz “*nada es más viejo que una revista vieja*” uma outra, tão importante quanto: à sua época, nada seria mais contemporâneo do que estas mesmas revistas.

Portanto, compreender o local que a Revista Projeto ocupou é também compreender o que não existia antes da sua existência. Se fazer revistas é fazer política cultural, então que vazio político e cultural era esse que existia durante a sua concepção e fundação, 51 anos atrás, no Jornal O Arquiteto?

Da mesma forma, a revista não é ímpeto único e isolado e se apresenta, sobretudo, em um processo histórico, temporal. Esse lugar ocupado, essa lacuna preenchida vai se alterando, e a publicação vai se alterando junto. Talvez nunca se consiga delimitar verdadeiramente qual o impacto da Revista Projeto, mas se sabe que durante suas quase quatro décadas de existência, um desses chamados respondidos pela revista, era um chamado de dentro da profissão do arquiteto, por mais igualdade, justiça e democracia, ressonando com o que se discutia no Brasil na década de 1980.

nem sabão é neutro

Ao se deparar com as diversas aproximações da Projeto e sua suposta neutralidade, fica necessária uma distinção mais aprofundada sobre as limitações desse conceito, a partir de seu lugar como revista comercial.

Primeiramente, a aplicação do termo se dá à publicação ao se avaliar o conteúdo de crítica de arquitetura. A crítica, como exposto por Peixoto, se estrutura aos poucos dentro da publicação, e é menos presente no primeiro período, de consolidação da revista, até 1985. Aqui, os materiais de análise de projetos são mais curtos e menos aprofundados. A partir da consolidação da publicação, o espaço da crítica seria ampliado, oficializado também a partir das contribuições de Ruth Verde Zein e Hugo Segawa e das articulações com outras publicações, em especial a revista argentina Summa. Mesmo assim, a Projeto seria caracterizada por uma amplitude nos temas, vertentes, e miradas presentes nas suas páginas, e isso se agravaria ainda mais na década de 1990, com as diversas mudanças sofridas pela publicação.

Curiosamente, apesar do olhar generalista que a Projeto apresentava quanto ao campo da crítica e do projeto de arquitetura, a partir da investigação realizada por este trabalho, pode-se identificar uma certa tendência nos conteúdos expostos no que tange ao processo de Redemocratização. Apesar da sua propensão à uma neutralidade acadêmica/conceitual, a revista nunca deixou de apresentar, de forma relativamente explícita, suas tendências ideológicas e políticas. Isso fica mais evidente ao se analisar as seções da revista mais intimamente ligadas ao campo do jornalismo.

A figura de Vicente Wissenbach e posteriormente a de Nildo Carlos Oliveira, ambos jornalistas que trabalharam como editores da revista, são essenciais para a compreensão das tendências, evidentemente políticas, ali apresentadas. Wissenbach tinha relações com o IAB-SP e com o SASP desde antes da concepção do jornal O Arquiteto, e Oliveira tinha experiência de sobra no mercado da construção civil antes de entrar na revista. Assim, fica claro que apesar do tal “pluralismo” e da tal “neutralidade”, a Projeto tinha bastante posicionamento e não tinha medo de mostrá-lo. Talvez de forma menos acadêmica e tradicional, se comparada às tradicionais revistas de tendência do mundo das publicações de arquitetura, mas não menos tendenciosas ou críticas.

o que faz a crítica

Um dos obstáculos frequentes da crítica de arquitetura, que se estende às revistas, é a necessidade inerente de se falar do presente para o presente. Essa área da profissão acaba por vezes se aproximando muito mais do jornalismo do que da arquitetura. A própria Ruth Verde Zein já reconhecia essa dificuldade, na ocasião dos 15 anos da Revista Projeto, declarando “escrever fácil é difícil”. Outro exemplo talvez fosse, se considerarmos que Ada Louise Huxtable, uma das mais eminentes críticas de arquitetura do mundo, agraciada com o Pulitzer, em 1970, fosse também jornalista.

O material analisado nesta pesquisa é, em grande parte, jornalismo. Reportagens, boletins, informes e entrevistas. Talvez por isso, poderia parecer que se afasta conceitualmente de uma pesquisa de arquitetura. Contudo, o objeto de discussão e de divulgação desses materiais, são todos tópicos essencialmente ligados ao campo da arquitetura. A cidade, a habitação, o meio ambiente, a construção civil e, por trás de todos esses, a política,

Por vezes ignorada ou suprimida da crítica de arquitetura mais tradicional — ou quem sabe, omitida para que não deixasse rastros aparentes — a política é tópico que circunscreve todo o campo da arquitetura, e conseqüentemente, em um período onde o debate era inevitavelmente ligado à política nacional e local, falar de arquitetura era em si, falar de política.

Talvez esteja aí uma nova mirada para a compreensão do tal descaso com a crítica de arquitetura no início da década de 1980. Não é que ela tenha deixado a sala, ela só estava na varanda ao lado, mirando o horizonte que se desenhava no Brasil.

História do Brasil e Redemocratização

AVRITZER, Leonardo. O Estatuto da Cidade e a democratização das políticas urbanas no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 91, p. 205-221, 1 dez. 2010. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.4491>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/4491>. Acesso em: 05 jul. 2023.

BACKES, Ana Luiza; AZEVEDO, Débora Bithiah de. **A sociedade no Parlamento: imagens da assembleia nacional constituinte de 1987/1988**. Brasília: Centro de Documentação e Informação - Edições Câmara, 2008. 233 p. Projeto “20 anos da Constituição Cidadã”. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1506>. Acesso em: 01 jul. 2023.

BARBOSA, Marcos. **CEPE Editora digitaliza registros da história do trabalho em PE tombados pela UNESCO**. 2020. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/noticias/cepe-editora-digitaliza-registros-da-historia-do-trabalho-em-pe-tombados-pela-unesco>. Acesso em: 1 jul. 2023.

CAMARGO, Aspásia. **Ligas Camponesas**. Atlas Histórico do Brasil. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/7794#:~:text=As%20ligas%20camponesas%20foram%20associações,de%20João%20>. Acesso em: 01 jul. 2023.

DÄHNE, Carolina. **Censura durante a Ditadura Militar**. 2020. Disponível em: <https://nastramasdeclio.com.br/historia/censura-durante-a-ditadura-militar-atividades/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo, Sp: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 324 p.

GZH. **Ex-vereador de Porto Alegre, Clóvis Ilgenfritz morre aos 80 anos**. 2019. GZH Política. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/11/ex-vereador-de-porto-alegre-clovis-ilgenfritz-morre-aos-80-anos-ck3czdltq001401pkrme0n96h.html>. Acesso em: 01 jul. 2023.

KOURY, Ana Paula; OLIVEIRA, Bruno Santana de. A democracia e a questão urbana na constituinte brasileira (1987-1988). **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S.L.], v. 13, p. 1-16, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/Xq4nr3SCWmXY4KhmYNHZTJD/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

LIMA, Maria. **Fotos de Dilma na ditadura foram feitas pelo jornal ‘Última Hora’**. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/fotos-de-dilma-na-ditadura-foram-feitas-pelo-jornal-ultima-hora-3501608>. Acesso em: 28 jun. 2023.

REIS, Daniel Aarão. As marcas do período: a modernização transicional. In: REIS, Daniel Aarão (org.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 23-29. (História do Brasil nação: 1808-2010). Direção: Lilia Moritz Schwartz.

SKIDMORE, Thomas E.. **Uma história do Brasil**. Rio de Janeiro, Rj: Paz e Terra, 1998. 356 p. Tradução: Raul Fiker.

História e Teoria

BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Pós-Brasília: Rumos da arquitetura brasileira: discurso: prática e pensamento**. São Paulo: Perspectiva, 2003. 277 p. (Estudos).

BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil: arquitetura após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2010. 429 p.

GUERRA, Abilio. Apresentação: a construção de um campo historiográfico. In: GUERRA, Abilio (org.). **Textos fundamentais sobre história da arquitetura brasileira: v1**. São Paulo: Romano Guerra, 2010. p. 11-22. (Coleção RG Bolso).

SEGAWA, Hugo. Desarticulação e Rearticulação 1980-1990. In: SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2014. p. 189-198.

Publicações de Arquitetura

BODDY, Trevor. The Conundrums of Architectural Criticism. **Journal Of Architectural Education**, Vancouver, v. 62, n. 3, p. 8-96, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.1531-314X.2008.00254.x>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRAGAIA, Flavio Antônio D'Ugo. **Arquitetura Brasileira da Redemocratização ao Plano Real: revisão crítica do discurso a partir de projetos e artigos publicados nas revistas projeto e arquitetura e urbanismo entre 1985 e 1990**. 2019. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

BRAGAIA, Flavio Antonio D'Ugo; FRAJNDLICH, Rafael Urano. Redemocratização e legislação urbana: o debate nas revistas de arquitetura e urbanismo entre 1985 e 1990. **Parc Pesquisa em Arquitetura e Construção**, [S.L.], v. 11, p. 020022, 14 dez. 2020. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/parc.v11i0.8655530>.

CARMONA, Jaime Solares de. **Crítica de Arquitetura no Brasil: 1985-2010**. 2015. 168 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Usp, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

DEDECCA, Paula Gorenstein. **Sociabilidade, Crítica e Posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate moderno em São Paulo (1945-1965)**. 2012. 403 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Usp, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONZAGA, Mario Guidoux. **A revista como curadoria: Brasil e Argentina através das revistas summa e módulo**. 2016. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PEIXOTO, Elane Ribeiro. **Arquitetura na revista Projeto (1980-1995): identidade, memória e não-lugares**. 2003. 326 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Usp, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PERALTA, Joaquín E.. Los aportes de la colección Summarios a la formación profesional. **Revista del Centro Marina Waisman de Formación de Investigadores En Historia y Crítica de La Arquitectura**, Córdoba, Argentina, p. 56-68, dez. 2013. Disponível em: <https://rdu.unc.edu.ar/bitstream/handle/11086/547373/Los%20aportes%20de%20la%20colección%20Summarios%20a%20la%20formación%20profesional%20-%20Revista%20MW.pdf?sequence=3>. Acesso em: 07 jul. 2023.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. **Marina Waisman: o interior da história**. 2014. Portal Vitruvius. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/13.145/5035>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SÁ, Flávia Carvalho de. **Profissão: Arquiteta: formação profissional, mercado de trabalho e projeto arquitetônico na perspectiva das relações de gênero**. 2010. 196 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-18012011-113711/pt-br.php>. Acesso em: 01 jul. 2023

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. **América: Cahiers du CRICCAL**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 9-16, 1992. PERSEE Program. <http://dx.doi.org/10.3406/ameri.1992.1047>. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1992_num_9_1_1047. Acesso em: 20 jul. 2021.

SEGAWA, Hugo; CREMA, Adriana; GAVA, Maristela. Revistas de arquitetura, urbanismo, paisagismo e design: a divergência de perspectivas. **Ciência da Informação**, [S.L.], v. 32, n. 3, p. 120-127, dez. 2003. IBICT. <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-19652003000300014>.

Acervos

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO (Brasil). Universidade de São Paulo. **Revista Acrópole**: acervo online. Acervo online. 2014. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br>. Acesso em: 5 maio 2023.

IAB-SP. Instituto de Arquitetos do Brasil. **Acervo: jornal arquiteto**. Jornal Arquiteto. Acervo digital do jornal O Arquiteto. Disponível em: <https://www.iabsp.org.br/jornal-arquiteto/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

INSTITUTO BARDI - CASA DE VIDRO (São Paulo). **Série Revista: habitat nº 1**. São Paulo, 8 out. 2020. Capa da primeira edição.. Facebook: Instituto Bardi/ Casa de Vidro. Disponível em: <https://www.facebook.com/institutobardi/photos/a.362953370576694/1420162068189147/?type=3>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MÓDULO. Rio de Janeiro: Módulo, v. 1, 1955. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=006173&pagfis=3>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO (org.). **Exposição - Lina Bo Bardi: Habitat**. 2019. (de 5/4/2019 a 28/7/2019). Disponível em: <https://masp.org.br/exposicoes/lina-bo-bardi-habitat>. Acesso em: 30 jun. 2023.

Entidades

FEDERAÇÃO NACIONAL DE ARQUITETOS E URBANISTAS (Brasil). **Sobre a FNA**. Disponível em: <https://www.fna.org.br/sobre-a-fna/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (Brasil). **Quem somos**. 2023. Disponível em: <https://iab.org.br/iab/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

MOVIMENTO SEM TERRA - MST (Brasil). **O MST - Nossa história**: a história da luta pela terra. A História da luta pela terra. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

SINDICATO DOS ARQUITETOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SASP. **Sobre o SASP**. Disponível em: <https://sasp.arq.br/sobre-o-sasp/#o-sasp>. Acesso em: 01 jul. 2023.

Documentos Oficiais

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. 25 anos da Constituição de 1988 **Momentos marcantes da Constituinte**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/momentos-marcantes-da-constituente>. Acesso em: 1 jul. 2023.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. . **Fase T - Projeto de Constituição (B): fim do 1º, início do 2º turno. fim do 1º, início do 2º Turno**. Portal da Constituição Cidadã. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/plenario/projeto-de-constituicao-b-fim-do-1o-inicio-do-2o. Acesso em: 1 jul. 2023.

BRASIL. **[Lei da Anistia] Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**: Concede anistia e dá outras providências.. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16683.htm. Acesso em 01 julho de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01 julho de 2023.

BRASIL. **[Estatuto da Cidade] Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**: Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em 01 julho de 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Discurso do Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães intitulado “A Constituição Cidadã”. Ata da 307ª Sessão, em 27 de julho de 1988. **Diário da Assembleia Nacional Constituinte**, Brasília, ano 2, nº 282, 28 de julho de 1988, p. 12.150-12.151. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/282anc28jul1988.pdf#page=>. Acesso em: fev. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Discurso do Senador Pompeu de Souza - Divulgação da “Carta de Florianópolis”, documento conclusivo do 1 Encontro de Entidades de Arquitetos, realizado em Santa Catarina. Ata da 170ª Sessão, em 6 de novembro de 1989. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, ano 44, nº 153, 7 de novembro de 1989, p. 6.664-6.665. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/5838?sequencia=1>. Acesso em: fev. 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasília). **PORTAL DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ**: fatos antecedentes à assembléia nacional constituinte. Fatos antecedentes à Assembléia Nacional Constituinte. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-c. Acesso em: 01 jul. 2023.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Registro das Sessões**: biografia ulysses guimarães. Biografia Ulysses Guimarães. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/discursos-em-destaque/serie-brasileira/decada-1980-89/biografia-ulysses-guimaraes>. Acesso em: 01 jul. 2023.

BRASIL. Rádio Câmara. Câmara dos Deputados. **Íntegra do discurso do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães (10' 23")**. 2006. Redação: Eduardo Tramarim. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembleia-nacion>. Acesso em: 10 maio 2023.

Revista Projeto

PROJETO. São Paulo, v. 100, jun. 1987.

PROJETO. São Paulo, v. 102, ago. 1987.

PROJETO, São Paulo, v. 127, nov. 1989.

MORENO, Júlio. Projeto, uma debutante com muita história para contar. **Projeto**, São Paulo, v. 102, p. 62-75, ago. 1987.

ZEIN, Ruth Verde. O pensamento, as críticas, os sonhos e as reivindicações dos arquitetos brasileiros. **Projeto**, São Paulo, v. 42, 1982.

ZEIN, Ruth Verde. Arquitetura brasileira atual. **Projeto**, São Paulo, v. 42, 1982.

WISSENBACH, Vicente. Editorial - Divulgar e debater a produção arquitetônica: metas da Projeto. **Projeto**, São Paulo, v. 12, p. 3, maio de 1979.

WISSENBACH, Vicente. Editorial - 1985, um ano que se encerra com muita esperança e otimismo. **Projeto**, São Paulo, v. 82, p. 3, dezembro de 1985.

BRITTO, Alfredo L, A Arquitetura na nova República. **Projeto**, São Paulo, v. 73, p. 10, março de 1985.

OLIVEIRA, Nildo Carlos. Editorial - Responsabilidades do governo, exigências da sociedade. **Projeto**, São Paulo, v. 88, p. 3, junho de 1986.

WISSENBACH, Vicente. Editorial - A constituinte na ordem do dia, em todos os encontros. **Projeto**, São Paulo, v. 92, p. 3, outubro de 1986.

SILVA, Clóvis Ilgenfritz da. Constituinte e Política Urbana. **Projeto**, São Paulo, v. 92, p. 92, março de 1986

TURKIENICZ, Benamy. A importância do II SEDUR no ano da constituinte. **Projeto**, São Paulo, v. 90, p. 22, agosto de 1986

SINDICATO DOS ARQUITETOS DO RIO GRANDE DO SUL. Temário do Congresso: Os arquitetos e a constituinte. **Projeto**, São Paulo, v. 87, p. 84, maio de 1986

Arquitetos divulgam o símbolo da Constituinte. **Projeto**, São Paulo, v. 99, p. 113, maio de 1986

Seminário debate a questão urbana e a constituinte. **Projeto**, São Paulo, v. 94, p. 123-124, dezembro de 1986

OLIVEIRA, Nildo Carlos. Arquitetos se unem e chegam mais fortes à Constituinte. **Projeto**, São Paulo, v. 99, p. 122, maio de 1987.

XII ENSA analisa a questão urbana na constituinte e mostra como encaminhar a luta. **Projeto**, São Paulo, v. 102, p. 56, agosto de 1987.

BONDUKI, Nabil. Os arquitetos ea reforma urbana. **Projeto**, São Paulo, v. 103, p. 91, setembro de 1987

BATISTA, Mauricio Nogueira. O território e o urbano na construção. **Projeto**, São Paulo, v. 114, p. 144, setembro de 1988

Documento da FNA aos Constituintes. **Projeto**, São Paulo, v. 110, p. 147, maio de 1988.

Regiões Metropolitanas, um grande tema da constituinte estadual. **Projeto**, São Paulo, v. 115, maio de 1988

OLIVEIRA, Nildo Carlos. As lições que ficaram da visita ao congresso. **Projeto**, São Paulo, v. 120, p. 24, abril de 1989.

OLIVEIRA, Nildo Carlos. Incompetência do governo desmantelou o CNDU. **Projeto**, São Paulo, v. 122, p. 12, junho de 1989.

OLIVEIRA, Nildo Carlos. No senado, uma saída para o desenho urbano. **Projeto**, São Paulo, v. 125, p. 148, setembro de 1989.

No rio, nova constituição avança na área urbana. **Projeto**, São Paulo, v. 128, p. 131, dezembro de 1989/janeiro de 1990.

COSTA, Luiz Carlos. Plano diretor, ideias e cuidados. **Projeto**, São Paulo, v. 128, p. 110-114, dezembro de 1989/janeiro de 1990.

COSTA, Luiz Carlos. O perfil do plano diretor na lei orgânica do município. **Projeto**, São Paulo, v. 128, p. 136-137, dezembro de 1989/janeiro de 1990.

PINTO, Vanda F. Planejamento urbano e democracia. **Projeto**, São Paulo, v. 126, p. 151, outubro de 1989.

Entidades organizam debates sobre as questões urbanas. **Projeto**, São Paulo, v. 117, p. 150, dezembro de 1988/janeiro de 1989.

IAB quer participação do povo no plano diretor. **Projeto**, São Paulo, v. 123, p. 140, julho de 1989.

Arquitetos se organizam para atuar nos planos diretores. **Projeto**, São Paulo, v. 127, p. 141, novembro de 1989.

ENSA vê plano diretor como instrumento de planejamento. **Projeto**, São Paulo, v. 126, p. 148, outubro de 1989.

FERNANDES, Almir. Planos Diretores em um novo contexto constitucional. **Projeto**, São Paulo, v. 117, p. 160, dezembro de 1988/janeiro de 1989.

Leis orgânicas trazem democracia para as cidades. **Projeto**, São Paulo, v. 128, p. 127, dezembro de 1989/janeiro de 1990.

WISSENBACH, Vicente & OLIVEIRA, Nildo Carlos. Editorial - Sobre a 82ª Reunião do Cosu e a Carta de Florianópolis. **Projeto**, São Paulo, v. 127, p. 6, novembro de 1989.

Constituinte Estadual debate questões urbanas. **Projeto**, São Paulo, v. 122, p. 198, junho de 1989.

Especulação com terras urbanas impede política habitacional. **Projeto**, São Paulo, v. 104, p. 49, outubro de 1987.

Especulação com terras urbanas impede política habitacional. **Projeto**, São Paulo, v. 104, p. 49, outubro de 1987.

Entidades dos arquitetos têm documento unificado. **Projeto**, São Paulo, v. 126, p. 150, outubro de 1989.

Carta de Florianópolis, o alerta aos arquitetos. **Projeto**, São Paulo, v. 128, p. 127, dezembro de 1989/janeiro de 1990.